



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90019/2026</b>	
<b>OBJETO</b>	Formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual aquisição de água mineral natural sem gás, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes.
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS</b>	<b>Das 08h do dia 23 de junho até às 14h29 do dia 6 de julho de 2026</b> , no sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG 070024), devendo ser observado o horário oficial de Brasília.
<b>ABERTURA DAS PROPOSTAS</b>	As propostas serão abertas no sítio <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (UASG 070024), às <b>14h30 do dia 6 de julho de 2026</b> . A sessão pública será operada sistema no ComprasGov, por meio do Portal de Compras do Governo Federal.
<b>ENDEREÇO DO TRE-RO</b>	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Endereço: Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União CEP 76.805-901 Porto Velho – Rondônia Telefones: (69) 3211-2000/2165/2082 <b>Internet:</b> <a href="https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026">https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026</a> .
<b>PREGOEIROS</b>	ANDERCLEDSON REIS HERMENSON PEREIRA DA SILVA LUCAS SOUZA CASTRO RODRIGO KATIBONE HOLANDA  <b>E-MAIL:</b> <a href="mailto:licitacao@tre-ro.jus.br">licitacao@tre-ro.jus.br</a>



---

**SUMÁRIO**

1. PREÂMBULO.....	3
2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES .....	3
3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	4
5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS.....	7
6. DA FASE DE LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	11
8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	13
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	17
10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP .....	18
11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO .....	18
12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA .....	20
13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO .....	21
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	22
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90019/2026**  
**PROCESSO Nº 0002164-02.2025.6.22.8000**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, através de seu **PREGOEIRO**, designado pela Portaria nº 24/2026, expedida pela Direção-Geral deste Tribunal, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO** por item, na forma de fornecimento parcelado, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

**1.2.** Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133/21, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Federais nº 8.538/2015 e nº 11.462/2023, e pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2023, além do previsto no Termo de Referência e demais anexos integrantes deste edital.

**1.3.** A sessão pública deste Pregão Eletrônico será operada sistema no ComprasGov ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio do Portal de Compras do Governo Federal, e terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, **às 14h30 do dia 6 de julho de 2026**.

**2. AQUISIÇÃO DO EDITAL, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**2.1.** O edital estará disponível a partir das **08h do dia 23 de junho de 2026**:

a) no sítio da internet: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070024);

b) no sítio da internet:

<https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

c) mediante **solicitação formal** pelo e-mail [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

**2.2.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos deste edital e seus anexos ou impugná-lo no prazo de até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame.

**2.2.1.** O pedido de esclarecimento e a impugnação ao edital, devidamente identificados, serão realizados **exclusivamente por meio eletrônico** e deverão ser apresentados ao Pregoeiro através do endereço [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br).

**2.2.2.** O Pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

**2.2.3.** Os questionamentos serão respondidos e publicados em ordem sequencial no portal de transparência deste Tribunal, no endereço <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026> e na página de compras na internet do Governo Federal, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070024). As respostas vincularão os participantes e a administração, sendo dever dos licitantes acompanhá-las, não podendo alegar desconhecimento.

**2.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

### 3. OBJETO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1.** A presente licitação tem como objeto a formação de registro de preços, pelo prazo de 1 (um) ano, para eventual aquisição de material de consumo de expediente, nos termos e condições estabelecidos neste edital e em seus anexos integrantes, abaixo resumido:

ITEM	OBJETO	QTD	PARTICIPAÇÃO
1	Água mineral PET - Gajará Mirim	11.498	Exclusivo ME/EPP
2	Água mineral PET - Ji Paraná	22.900	Exclusivo ME/EPP
3	Água mineral PET - Vilhena	13.662	Exclusivo ME/EPP
4	Água mineral PET - Costa Marques	4.694	Exclusivo ME/EPP
5	Água mineral PET - Ariquemes	22.594	Exclusivo ME/EPP
6	Água mineral PET - Colorado do Oeste	8.128	Exclusivo ME/EPP
7	Água mineral PET - Pimenta Bueno	7.988	Exclusivo ME/EPP
8	Água mineral PET - Jaru	11.930	Exclusivo ME/EPP
9	Água mineral PET - Cacoal	19.056	Exclusivo ME/EPP
10	Água mineral PET - Espigão do Oeste	6.046	Exclusivo ME/EPP
11	Água mineral PET - Ouro Preto do Oeste	11.936	Exclusivo ME/EPP
12	Água mineral PET - Rolim de Moura	12.934	Exclusivo ME/EPP
13	Água mineral PET - Cerejeiras	5.078	Exclusivo ME/EPP
14	Água mineral PET - Alta Floresta do Oeste	4.970	Exclusivo ME/EPP
15	Água mineral PET - Alvorada do Oeste	5.700	Exclusivo ME/EPP
16	Água mineral PET - Santa Luzia do Oeste	6.842	Exclusivo ME/EPP
17	Água mineral PET - Machadinho do Oeste	6.960	Exclusivo ME/EPP
18	Água mineral PET - Buritis	5.856	Exclusivo ME/EPP
19	Água mineral PET - São Miguel do Guaporé	5.034	Exclusivo ME/EPP
20	Água mineral PET - Porto Velho ( <b>cota principal - item 22</b> )	81.084	Ampla Concorrência
21	Água mineral LATA - Porto Velho ( <b>cota principal - item 23</b> )	86.124	Ampla Concorrência
22	Água mineral PET - Porto Velho ( <b>cota reservada - item 20</b> )	24.000	Cota Reservada para ME/EPP
23	Água mineral LATA - Porto Velho ( <b>cota reservada - item 21</b> )	18.960	Cota Reservada para ME/EPP

**3.2.** O objeto desta licitação completa-se com as especificações, termos e condições estabelecidos nos anexos integrantes deste edital, em especial o **Termo de Referência**, que define as quantidades, a forma de execução dos serviços e as obrigações das partes e as penalidades decorrentes do descumprimento dessas obrigações.

**3.3. Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASGOV, prevalecerá a estabelecida no Termo de Referência.**

**3.4.** As despesas decorrentes da eventual contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste Tribunal.

### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**4.1.** Poderão participar desta licitação as seguintes empresas do ramo:

- itens 20 e 21 do objeto: todas as empresas do ramo, em ampla concorrência;
- itens 22 e 23 do objeto: cota reservada às empresas do ramo enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar 123/06;



c) demais itens do objeto: em exclusividade às empresas do ramo enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar 123/06.

**4.1.1.** Observado o item 4.1, poderão participar desta licitação as empresas que:

- a) estejam previamente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, disponível em, [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e no Sistema de Compras do Governo Federal.
- b) possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c) manifestarem a ciência e concordância com as condições contidas neste edital, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que suas propostas estão em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório.

**4.1.2.** Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio e a participação de profissionais reunidos em regime de cooperativa, observadas as condições previstas neste edital e na legislação correlata.

**4.2.** O acesso do licitante ao sistema comprasnet, bem como a sua manutenção, dar-se-á mediante o seu prévio registro cadastral atualizado no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para participação em licitações eletrônicas, ou, em sua ausência, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

**4.2.1.** Após o cadastro no sistema unificado, o fornecedor deverá se cadastrar no sistema “Comprasnet” para participar das licitações eletrônicas.

**4.2.2.** O credenciamento perante o provedor do sistema e sua utilização implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para operacionalização e realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.2.3.** Incumbirá à licitante acompanhar o certame e as operações no sistema eletrônico, durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da ação, omissão, desconexão ou perda de negócios por inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema.

**4.2.4.** A guarda, manutenção e utilização da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não cabe ao provedor do sistema ou ao TRE-RO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de operações equivocadas ou uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.3.** A verificação de que o licitante possui registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação poderá ser feito em qualquer fase da licitação mediante solicitação de apresentação de cópia do ato constitutivo ou consulta dos registros no SICAF.

**4.4.** A manifestação do licitante de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências deste instrumento convocatório, deverá ser feita em campo próprio do sistema eletrônico.

**4.5.** No presente certame será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015, consistindo em:

- a) participação exclusiva;
- b) cota reservada;
- c) empate ficto com direito a lance de desempate;
- d) habilitação fiscal/trabalhista tardia;
- e) preferência na contratação das cotas reservadas.

**4.5.1.** Para usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, o licitante deve, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema, declarar, sob as penas da lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido referido no item 4.5, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.5.2.** A declaração do licitante, na forma prevista no item 4.5.1, caracteriza a manifestação expressa de que o licitante não possui, no ano-calendário de realização da licitação, contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme o § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**4.5.3.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, diligenciar no sentido de verificar se o licitante declarante está devidamente enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.5.4.** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

**4.5.5.** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**4.5.6.** Será prioritária a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**4.6.** Não poderão participar deste pregão eletrônico os potenciais licitantes enquadrados em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** não cumpram os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b)** não possuam registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- c)** que, em regime de **consórcio**, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d)** que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente;
- e)** em cumprimento de penalidade de impedimento de licitar e contratar no âmbito da União ou deste Tribunal;
- f)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, enquanto durarem seus efeitos;
- g)** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU – inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal (art. 46 da Lei 8.443/92);
- h)** empresas que, por decisão judicial, estejam proibidas de contratar com o Poder Público.
- i)** estrangeiras não autorizada a funcionar no País;
- j)** empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- k)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- l)** pessoa física.

**4.6.1.** O impedimento de que trata as alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “j” do item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou do fornecimento de bens a ela necessária, servidor ou dirigente do TRE-RO, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.7.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e o licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, salvo se a empresa contratada tenha, na condição de sócio cotista, servidor do órgão contratante sem capacidade para influenciar o resultado da licitação e sem atribuições ligadas à gestão ou à fiscalização do contrato.

**4.8.** O Pregoeiro procederá à desclassificação, recusa da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme fase em que se encontre a licitação, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a)** participação no certame de empresa que não possua registrado no seu ato constitutivo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- b)** declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta com as exigências deste instrumento convocatório; e
- c)** declaração falsa relativa a atendimento dos requisitos para gozo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 ou relativa a qualquer outro benefício ou preferência.
- d)** participação no certame de empresa enquadrada em quaisquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 4.6 e 4.7 deste edital.

## **5. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS**

**5.1.** Após a divulgação do edital, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070024), os interessados deverão apresentar propostas, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

**5.1.1.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.1.2.** Uma vez aberta a sessão, os licitantes acham-se vinculados às suas propostas. Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceitos pelo Pregoeiro.

**5.2.** A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.

**5.2.1.** A proposta registrada no Sistema ComprasGov deverá conter:

- a)** a descrição do objeto;
- b)** a marca e o modelo do objeto ofertado;
- c)** os preços unitário e total, ofertados em moeda corrente nacional.

**5.2.2.** Constitui **ANEXO OBRIGATÓRIO DE PROPOSTA** a apresentação, mediante solicitação do Pregoeiro, de:

- a)** Proposta comercial e declarações, em conformidade com o modelo constante no ANEXO I deste edital;



b) Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF IBAMA) do fabricante de cada um dos produtos ofertados. O Certificado de Regularidade no CTF-Ibama deve estar vigente, válido e com indicação de atividade compatível com o objeto.

**5.2.3.** A quantidade máxima a ser adquirida corresponde ao quantitativo total do objeto.

**5.2.4.** Não será permitida a oferta de proposta com quantitativo inferior ao quantitativo máximo do objeto e, consequentemente, não haverá possibilidade de cotação de preços diferentes por um mesmo licitante.

**5.2.5.** Quando do cadastramento da proposta, poderá o sistema permitir ao licitante parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo, observada a necessidade de conhecimento acerca do funcionamento do sistema e das regras correlatas, bem como a responsabilidade acerca valores parametrizados cadastrados.

**5.3.** Salvo se exigido pelo edital ou pelo Pregoeiro, é facultado aos licitantes encaminhar descrição complementar às especificações contidas no edital, bem como material e documentos complementares à sua proposta. Todavia, eventualmente apresentados, vinculará a aceitação e execução do objeto.

**5.3.1.** A descrição, os materiais e os documentos complementares deverão apenas acrescentar características e especificações à descrição originalmente definida no edital para o objeto, não podendo, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA O ITEM**, conter elementos que contrariem as características e especificações do objeto estabelecidas originalmente no edital, reduzindo a sua qualidade ou utilidade.

**5.4.** Os valores apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, entrega/frete, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

**5.4.2.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexecutável, serão considerados como inclusos, não sendo considerados pleitos de ajustes, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento/serviço ser realizado sem ônus adicionais.

**5.5.** Em nenhuma hipótese, poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer condição que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo:

- a) no que tange aos valores ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame ou durante a negociação;
- b) no caso de diligências e ajustes que não importem em modificação do objeto e da proposta.

**5.6** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas.

**5.7.** O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data da abertura da Sessão Pública.

**5.7.1.** Ficará suspenso esse prazo pela eventual interposição de recurso, até a sua decisão final.

**5.7.2.** Em havendo negociação para redução de valores ou ajuste na proposta, o prazo passará a contar da negociação ou da apresentação da proposta atualizada.

**5.7.3.** O prazo de validade da proposta poderá ser prorrogado por acordo entre as partes.





**5.7.4.** Considera-se não escrito o prazo de validade de proposta inferior ao estipulado, prevalecendo, nesse caso, o mínimo estabelecido neste edital.

**5.7.5.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## 6. DA FASE DE LANCES

**6.1.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mantendo-se em sigilo a identificação do licitante ofertante.

**6.1.1.** Assim como as propostas, os lances serão ofertados considerando o **PREÇO UNITÁRIO** de cada item, em moeda corrente nacional.

**6.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação e o intervalo mínimo de **0,5% (meio por cento)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação aos lances que cobrirem a melhor oferta.

**6.3.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

**6.3.1.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**6.3.2.** O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**6.4.** Em havendo mais de um lance de igual preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.5.** No transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do preço do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

**6.6.** Será adotado o **modo de disputa aberto**, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos.

**6.6.1.** Após o prazo do item 6.6, a etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período inicial de duração da etapa.

**6.6.2.** Novas prorrogações sucessivas de dois minutos ocorrerão sempre que houver lances enviados no período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**6.6.3.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta.

**6.7.** Encerrada a etapa de lances, estes serão ordenados pelo sistema e divulgados na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço ou na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**6.8.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes, para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.8.1.** Quando, porém, a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva de lances no Pregão, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e, nesse caso, será reiniciada somente depois de decorrido o prazo mínimo de vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema ComprasGov.

**6.9.** Os lances apresentados e não excluídos pelo Pregoeiro são de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração ou desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste edital.

**6.10.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na lei 14.133/21.

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**6.10.1.** A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes depende de regulamentação, que poderá ser utilizada desde que o ato seja editado e esteja vigente e em vigor até o momento da abertura do certame.

**6.10.2.** Na forma do art. 5º do Decreto Federal nº 11.430/2023 o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho poderá ser adotado como critério de desempate, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021

**6.10.2.1.** A forma e os critérios de comprovação de desenvolvimento de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho são as definidas na Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 382, de 17/09/2025, sendo as ações divididas em três níveis:

I – ações de nível ouro;

II – ações de nível prata; e

III – ações de nível bronze.

**6.10.3.** Na forma do art. 60, IV, da Lei nº 14.133/2021 o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade poderá ser adotado como critério de desempate.

**6.10.3.1.** Quando solicitado pelo Agente de Contratação, o Licitante apresentará comprovação de implementação do programa de integridade (art. 4º, II, do Decreto 12.304/2024).

**6.10.4.** Para fazer jus aos critérios de desempate previstos nos incisos III e IV do item 6.10 acima, o licitante apresentará declaração no sistema. Caso o benefício venha a ser utilizado de qualquer forma, o licitante será convocado a apresentar comprovações.

**6.11.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas brasileiras;

b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

**6.12.** Persistindo o empate, após observados todos os critérios estipulados, a classificação se dará mediante sorteio, a ser realizado dentro do sistema ComprasGov, caso haja essa funcionalidade.

**6.12.1.** Caso o sistema ComprasGov não disponibilize ferramenta de sorteio ou apresente falhas, o Pregoeiro se valerá da estrutura e da credibilidade das loterias da Caixa Econômica Federal, de forma clara, transparente e acessível a todos os interessados.

**6.12.2.** Ocorrendo empate com até 5 licitantes, o Pregoeiro utilizará o sorteio da Loteria Federal, da seguinte forma:

I – O Pregoeiro indicará a data do concurso que servirá como referência para o sorteio;

II – O Pregoeiro vinculará um número do prêmio principal (1º ao 5º) a cada licitante, por ordem estritamente alfabética. Para fins de ordem alfabética, números precedem letras;

III – Verificado o sorteio, a ordem de classificação na licitação se dará na ordem decrescente de número de bilhetes sorteados;

IV – Será o primeiro colocado aquele que for sorteado com número maior de bilhete;

V – As colocações intermediárias, se houver, observarão a ordem decrescente dos números de bilhetes sorteados;

VI – Será o último colocado aquele que for sorteado com o número menor de bilhete.

**6.12.3.** Ocorrendo empate com mais de 5 licitantes, o Pregoeiro utilizará quantos concursos referenciais forem necessários para abranger todos os licitantes empatados.

**6.12.4.** O sorteio dos números pode ser conferido por todos na página da Caixa no Youtube: <https://www.youtube.com/@canalcaixa>. O resultado do sorteio também pode ser conferido no site <https://loterias.caixa.gov.br/Paginas/Federal.aspx>.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**7.1.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro iniciará o julgamento da aceitabilidade das propostas apresentadas em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos e aos preços estimados pela Administração para cada um dos itens.

**7.1.1.** A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, observada a ordem de classificação.

**7.2.** No julgamento das propostas, será adotado o **critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO E TOTAL do item**, observados os preços estimados de cada um dos itens, expressos em moeda corrente nacional.

**7.3.** A aceitação da proposta está condicionada à compatibilidade do seu valor ofertado com aqueles estimados pela Administração, sem prejuízo do atendimento às exigências expressas neste instrumento convocatório e seus anexos.

**7.4.** Obtida uma proposta que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro iniciará a negociação do preço, observada a ordem de classificação, encaminhando pelo Sistema Eletrônico, via chat, contraproposta à licitante, com o objetivo de obtenção de melhor proposta, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

**7.5.** No caso de oferta de preço demasiadamente inferior àquele estimado pela Administração e aos praticados pelo mercado, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta, bem como realizar as diligências que entender necessárias e suficientes para verificar a exequibilidade da proposta analisada.

**7.5.1.** Em se tratando de aquisição de bens, serão consideradas propostas presumidamente inexequíveis aquelas que:

- a) cujos preços apresentem valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 34 da IN SEGES 73/2022);
- b) não comprovarem ser suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

**7.5.2.** Verificada proposta presumidamente inexequível, o licitante será convocado, via chat, a apresentar, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de recusa da proposta:

- a) documentação idônea comprovando que o preço da proposta é suficiente para cobrir, pelo menos, todos os custos da contratação;
- b) Planilha com todos os custos;
- c) Comprovação da existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.5.3.** O prazo previsto para comprovação de exequibilidade da proposta poderá ser prorrogado, mediante pedido da empresa licitante, desde que o pedido seja devidamente justificado. O prazo total, incluindo a prorrogação, será de até 5 (cinco) dias úteis.

**7.6.** Encerrada a negociação, restando esta **infrutífera, com preço julgado inaceitável**, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o menor preço para o item em julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências deste edital.

**7.7.** Encerrada a negociação, restando esta frutífera, com preço julgado aceitável, o Pregoeiro solicitará do licitante mais bem classificada, via sistema, a apresentação, **se for o caso**, de:

- a) proposta comercial atualizada;
- b) anexos de proposta;
- c) outros documentos necessários.

**7.7.1.** A apresentação de proposta, anexos e outros documentos, se exigidos, deve ser realizada pelo licitante através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

**7.8.** Havendo dúvida quanto ao produto ofertado pelo licitante que apresentou o menor preço atender às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro poderá solicitar documentação complementar, no prazo e forma previstos no item 7.7.1, prorrogável, a critério do Pregoeiro.

**7.8.1.** O prazo para apresentação de documento previsto no item 7.8 poderá correr simultaneamente com os prazos previstos nos itens 7.5.2 e 7.7.1.

**7.8.2.** A não apresentação pelo licitante do documento solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento.

**7.8.3.** O prospecto ou as informações de site indicado pelo licitante serão submetidos à análise da unidade demandante do objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital.

**7.9.** Se, após a análise dos documentos encaminhados pelo licitante, for verificado que o produto ofertado não atende às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital, o Pregoeiro recusará a proposta do licitante que ofertou o MENOR PREÇO para os itens em

julgamento e passará a apreciar a proposta do licitante seguinte e assim sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda às exigências deste edital.

**7.10.** Independentemente do disposto no item 7.8 acima, havendo dúvidas, poderá ser solicitada a apresentação de AMOSTRA.

**7.10.1.** O Pregoeiro solicitará, via chat, apresentação de amostra somente à licitante provisoriamente vencedora e, no caso de recusa da proposta ou inabilitação, solicitará das próximas colocadas, observada a ordem de classificação.

**7.10.2.** A amostra deverá ser apresentada neste Tribunal, no endereço constante no rodapé deste edital, sendo as despesas com o envio suportadas pelo licitante convocado.

**7.10.3.** O prazo para **apresentação** da amostra é de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis mediante solicitação do licitante. A não apresentação pelo licitante da amostra solicitada, no prazo estipulado, importará na recusa de sua proposta para o item em julgamento, sujeitando a licitante à apuração de responsabilidade.

**7.10.4.** A amostra apresentada tempestivamente será submetida à análise da unidade demandante/técnica competente para o objeto desta licitação, a qual manifestar-se-á formalmente quanto ao atendimento ou não do produto ofertado em relação às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e seus anexos.

**7.10.5.** As demais regras acerca da apresentação, guarda, devolução e desfazimento das amostras constam no Termo de Referência, anexo integrantes deste edital.

**7.11.** Será desclassificada a proposta:

- a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;
- b) cujo valor se encontre acima do preço estimado, refletido por meio de pesquisa de preços constante nos autos, e o licitante não queira reduzir ao preço estimado ou não manifeste interesse em negociar;
- c) cujo quantitativo seja inferior ao quantitativo máximo do objeto;
- d) que apresente vício insanável;
- e) que não atender às especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
- f) se a proponente não apresentar comprovações, documentação complementar, anexos e/ou não atender solicitações e diligências realizadas pelo Pregoeiro;
- g) se o licitante renunciar expressamente ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências, e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

**7.12.** Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação. O sistema automaticamente abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso e passará à fase de habilitação.

## 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**8.1.** Para habilitação do licitante que teve a proposta aceita na fase de negociação/aceitação de proposta exigir-se-á documentação relativa a:

- a) habilitação jurídica;
- b) habilitação fiscal, social e trabalhista;
- c) declarações legais.

**8.2.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social constante no registro competente;

b) no caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

**8.2.1.** Tratando-se de consórcios, deverá, ainda, ser apresentando o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) designação do consórcio e sua composição;
- b) finalidade do consórcio;
- c) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) indicação da empresa responsável pela liderança do consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado e atender às seguintes condições de liderança:
  - g.1) a líder do consórcio é a empresa que detém a maioria da participação no consórcio;
  - g.2) a empresa líder do consórcio deve ser empresa da área técnica, ou seja, empresa prestadora de serviço/fornecimento correspondente ao objeto;
  - g.3) a empresa líder será responsável por todos os atos administrativos, técnicos e judiciais nesse processo, sem prejuízo da responsabilidade de cada um dos consorciados.
- h) compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do órgão contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem.

**8.2.2.** Tratando-se de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, deverá, ainda, ser apresentada:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social;
- c) comprovação do registro competente;
- d) relação atualizada de cooperados.

**8.2.2.1.** A constituição e o funcionamento da cooperativa devem observar as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

**8.2.2.2.** A cooperativa deve apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

**8.2.2.3.** Qualquer cooperado, com igual qualificação, deve ser capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas, salvo os profissionais indicados com responsáveis técnicos.

**8.2.2.4.** O objeto social da cooperativa deve ser compatível com o objeto desta licitação, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

**8.3.** Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** são os seguintes:



- a) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) comprovação de regularidade perante as Fazendas federal, estadual/distrital do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de CND ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, mediante apresentação de CRF que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) comprovação de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de CNDT, emitida pelo TST;
- f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**8.4.** Os documentos a serem apresentados a título de **DECLARAÇÕES LEGAIS** são os seguintes:

- a) ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- c) que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- d) que inexistente impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- g) que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- i) que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- j) no caso de Cooperativa: que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- k) que não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**8.4.1.** Os documentos de que tratam as alíneas “a” a “j” do item 8.4, acima, poderão ser apresentados pelos licitantes diretamente no sistema ComprasGov.

**8.4.2.** A declaração de que trata a alínea “k”, do item 8.4 acima, deverá ser apresentada pelo licitante por meio de modelo de declaração, conforme **ANEXO I** deste edital.

**8.5.** Constituem documentos complementares à habilitação, a serem obtidas pelo Pregoeiro diretamente dos sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis:

- a) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e obtenção de certidão negativa;
- b) comprovação de inexistência de registro como empresas inidôneas e/ou suspensa Sistema Integrado de Registro no CEIS/CNEP, mantido pela da Controladoria-Geral da União, mediante consulta on-line ao banco



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

de dados desse órgão através do link <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>, e, utilizando o número do CNPJ do licitante, obtenção da informação de que não foram encontrados registros;

c) comprovação de inexistência de registro na Lista de Licitantes Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta on-line ao banco de dados desse órgão através do link [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:4752632183492:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO) e obtenção de certidão negativa.

d) comprovação de situação do fornecedor junto ao SICAF, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras>) e obtenção do espelho.

**8.5.1.** Caso conste na consulta de situação do licitante junto ao SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.5.1.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.5.1.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**8.5.1.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.5.2.** As consultas referentes às alíneas “a”, “b” e “c” do item 8.6 acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada de pessoa jurídica no site do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**8.6.** Tratando-se de empresa estrangeira que não funciona no Brasil, tanto em participação isolada ou que integre consórcio com liderança de empresa brasileira, tais empresas podem se cadastrar no SICAF mediante a apresentação de documentos equivalentes aos exigidos das empresas brasileiras e estrangeiras autorizadas a funcionar aqui.

**8.7.** No caso de um ou mais documentos requeridos não existirem em outros países, o responsável pelo cadastramento deverá justificar a omissão, em campo próprio, disponibilizado no sistema. A equivalência entre documentos e omissões na sua apresentação serão objeto de cuidadosa apreciação pelo Agente de Contratação, podendo promover a realização de diligências.

**8.8.** Relativamente à habilitação de consórcio de empresas:

**8.8.1.** É vedado à empresa consorciada participar, nesta licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada. A inobservância dessa regra importa no afastamento definitivo dos licitantes envolvidos, em qualquer fase do certame.

**8.8.2.** O consórcio, se vencedor, é obrigado a promover sua constituição e registro antes da celebração do contrato.

**8.8.3.** Não haverá substituição de consorciado durante o certame licitatório. Eventual substituição de consorciado poderá ocorrer somente na execução contratual e deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**9.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante mais bem classificado, observada a ordem de classificação.

**9.2.** A apresentação dos documentos de habilitação por parte da empresa licitante deverá ser realizada através do Sistema ComprasGov, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro.

**9.2.1.** Após a apresentação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.3.** A documentação exigida para atender ao disposto no item 8.1. poderá ser obtida pelo Pregoeiro mediante consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), no que couber, desde que os documentos ali constem e estejam válidos, vigentes e sem pendências.

**9.4.** Caso seja necessária a verificação da vigência, validade ou outras comprovações dos documentos apresentados pelo licitante ou dos registros no SICAF, a consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**9.4.1.** Os documentos referidos no item 9.4 deste edital poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

**9.5.** A empresa licitante é responsável pela manutenção das condições de habilitação durante todo o certame, devendo reapresentar documento cujo prazo de validade tenha expirado, quando convocada pelo Pregoeiro, na forma de documentação complementar.

**9.6.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente edital.

**9.7.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do próprio licitante:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) Documentos emitidos em nome da matriz somente serão válidas para suas filiais mediante expressa declaração do órgão emissor ou de disposição legal.

**9.8.** O licitante será **INABILITADO** se:

a) não apresentar a documentação exigida no edital e solicitada pelo Pregoeiro;

b) apresentar documentação intempestiva ou por meio inadequado;

c) verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação estabelecidos neste edital;

d) não apresentar comprovações, documentação complementar e anexos e/ou não atender diligência solicitados pelo Pregoeiro;

e) o licitante expressamente renunciar ao prazo estipulado para comprovações, complementações e diligências e a renúncia for aceita pelo Pregoeiro.

**9.9.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte dos próximos licitantes, observada a ordem de classificação.



**9.10.** Verificado o atendimento às exigências habilitatórias fixadas no edital, o licitante será **HABILITADO** e declarado vencedor. O Pregoeiro abrirá oportunidade para registro de intenção de recurso, sucedendo-se a etapa recursal.

## **10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO NA HABILITAÇÃO DE ME/EPP**

**10.1.** Será concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte na fase de habilitação, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, e o Decreto Federal n. 8.538/2015.

**10.2.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**10.3.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.4.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.5.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.6.** O não-atendimento a pedido de concessão da prorrogação de prazo de que trata o subitem 10.4, devidamente requerida e justificada pelo licitante, deverá ser justificado pela Administração.

**10.7.** A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.8.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal e trabalhista.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO**

**11.1.** Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas e dos documentos de habilitação apresentados com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como promover diligências e solicitar documentação complementar, o Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário de reabertura.

**11.1.1.** A consulta realizada pelo Pregoeiro nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos e certidões constitui meio legal de prova.

**11.2.** Em qualquer momento, caso seja necessário para a adequada compreensão e regularidade da proposta e da habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações e/ou documentos complementares ou ajustes, sendo motivo de recusa ou inabilitação o não atendimento ou o atendimento inadequado por parte do licitante.

**11.2.1.** É vedada a majoração nos valores GLOBAL e UNITÁRIO da proposta quando da realização de ajustes.

**11.3.** Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares para confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados pelo licitante, seja para verificar o atendimento a exigências do edital, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais documentos de proposta ou de habilitação, por equívoco ou falhas ou, ainda, por outros motivos devidamente justificados, o Pregoeiro poderá solicitar a documentação necessária.

**11.4.** O Pregoeiro fará a solicitação de documentos de proposta, habilitação, anexos ou complementares via sistema comprasnet. O sistema encaminhará, via CHAT, mensagem de convocação para apresentação de anexos ao licitante selecionado, **momento do qual passará a contar o prazo de até 2 (duas) horas para apresentação** do documento solicitado, via sistema.

**11.4.1.** O prazo previsto no item 11.4 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pelo Pregoeiro e a solicitação seja apresentada dentro do prazo inicialmente estabelecido.

**11.4.2.** O ônus da apresentação da proposta, da habilitação, dos anexos, comprovações e documentação complementar é do licitante, cabendo-lhe exclusivamente a responsabilidade, no que concerne ao solicitado, pela escolha dos arquivos, a verificação de todas as condições necessárias, inclusive formato, tamanho e quantidade dos arquivos escolhidos, bem como o conhecimento e a adequada operação do sistema e o acesso à internet.

**11.4.3.** A não apresentação pelo licitante do anexo solicitado, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, importará na recusa de sua proposta ou inabilitação, conforme o caso.

**11.5.** Os documentos de proposta e de habilitação poderão ser submetidos à análise da unidade técnica/demandante competente para o objeto desta licitação, da qual será solicitada manifestação formal quanto ao atendimento ou não em relação às exigências definidas neste edital.

**11.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais nas fases de julgamento de proposta e de habilitação não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

**11.7.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para adequada aferição das propostas e da habilitação, devendo fundamentar seu requerimento, o qual terá pertinência das alegações analisada pelo Pregoeiro.

**11.8.** Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

**11.9.** A recusa de proposta, a inabilitação do licitante e qualquer outra decisão serão sempre fundamentadas e registradas no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.10.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**11.11.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação, salvo se devidamente justificado e publicitado, observados o disposto no item 2.2.

---

## **12. DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO CADASTRO RESERVA**

**12.1.** Após o término de cada uma das fases de julgamento das propostas e de habilitação, o sistema abrirá, de forma automática, prazo para que qualquer licitante manifeste sua intenção de recorrer, devendo o licitante interessado fazê-lo de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema.

**12.2.** A ausência de manifestação imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 10 (dez) minutos, implicará preclusão do direito de recurso dos licitantes.

**12.3.** Apresentada a intenção de recurso, será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso ao(s) licitante(s) interessado(s), a contar do encerramento da fase de habilitação.

**12.4.** Apresentadas as razões recursais, os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso no sistema.

**12.5.** A intenção de recorrer, as razões e as contrarrazões recursais devem ser apresentadas exclusivamente via sistema, em campo próprio, observados os respectivos prazos.

**12.6.** Caso o licitante pretenda anexar documentos na etapa recursal, deverá fazê-lo diretamente no sistema, em campo próprio.

**12.7.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Direção-Geral, a qual proferirá sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**12.8.** Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação via e-mail [licitacao@tre-ro.jus.br](mailto:licitacao@tre-ro.jus.br) ou diretamente na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, sem ônus para o Tribunal.

**12.9.** A falta de apresentação das razões de recurso caracterizará a desistência de recorrer.

**12.10.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.11.** Superada a etapa recursal, a autoridade competente poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação, total ou parcialmente, por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação, total ou parcialmente.

**12.12.** Após a homologação, sem prejuízo de comunicação pelo Pregoeiro durante a condução do certame, a Assessoria de Licitações e Contratações – ASLIC convocará, por e-mail, os licitantes classificados para, no prazo de 24 horas, manifestarem, caso queiram, interesse em compor o cadastro reserva.

**12.12.1.** A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**12.12.2.** O e-mail de que trata o item 12.13 acima é aquele cadastrado no SICAF, cabendo ao licitante a devida atualização dos seus dados no sistema, bem como arcar com eventual perda de oportunidade no caso de e-mail desatualizado, problemas de acesso ou de conexão com a internet.



**12.12.3.** Na manifestação, os licitantes interessados deverão informar:

- a) interesse em compor o cadastro reserva com preço igual ao do licitante vencedor, observada a classificação da licitação; ou
- b) manutenção da proposta original.

**12.12.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão precedência sobre aqueles que mantiverem suas propostas originais.

**12.12.5.** Ao término do prazo estipulado, em caso de manifestação de interesse, a Assessoria de Licitações e Contratações - ASLIC consolidará, por meio de formulário específico, a classificação final do Cadastro Reserva.

**12.12.5.1.** O formulário de que trata o item 12.13.4 será anexado à Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das informações constarem também no Anexo da Ata de Registro de Preços (Anexo III do edital), e estará disponível no site oficial deste Tribunal, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes/licitacoes-2026>.

**12.12.5.2.** Não comporá o cadastro de reserva o licitante que não responder à convocação, responder intempestivamente, de forma incompleta, confusa ou por meio diverso.

**12.12.6.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

**12.12.7.** A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente serão efetuadas quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA, DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

**13.1.** Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este edital, adaptada à proposta vencedora, devendo:

- a) cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos;
- b) informar, tempestivamente, seu endereço bancário: número do banco, da agência e da conta corrente, bem como os dados de contato, endereço e documentais da empresa e do responsável pela assinatura do instrumento contratual, encaminhando tais informações para o endereço e e-mail: [contratos@trero.jus.br](mailto:contratos@trero.jus.br);
- c) comprovar, no ato da assinatura da ata de registro de preços, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) assinar a ata de registro de preços pelo SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, adotando-se os seguintes procedimentos:
  - d1) após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE/RO, através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;
  - d2) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da ata de registro de preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar.

**13.2.** Em havendo necessidade de contratação e disponibilidade orçamentária, o compromissário da Ata de Registro de Preços será formalmente convocado para firmar a contratação por meio do recebimento da nota de empenho, observado o procedimento previsto no item 13.1 acima.



**13.3.** Se a adjudicatária/compromissária não cumprir os prazos estabelecidos na alínea “d1” e “d2” dos itens 13.1 e 13.2 acima, sem justificativa formalmente aceita pela Direção-Geral do TRE-RO ou se a documentação prevista na alínea “c” do item 13.1 acima não for apresentada, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetivar a contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, além da demais cominações legais.

**13.4.** O presente edital e seus anexos e a proposta vencedora para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, serão parte integrante da Ata de Registro de Preços e da contratação decorrente.

**13.5.** A Administração contratante efetuará o pagamento, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, nos termos e condições definidos no Termo de Referência e Instrumento Contratual.

**13.6.** À relação contratual, além das disposições previstas neste Edital, aplicam-se a lei 14.133/21, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, a Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2023 e supletivamente, as regras do Código Civil Brasileiro.

#### **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Se o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO descumprir os termos e condições deste certame, do contrato e da proposta, **conforme o caso**, ficará sujeita às sanções previstas neste edital e seus anexos, além das estabelecidas na legislação pertinente, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil.

**14.2.** Sujeita-se à aplicação de multa de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor do contrato celebrado ou da obrigação inadimplida, o LICITANTE/ADJUDICATÁRIO/COMPROMISSÁRIO/CONTRATADO que cometer as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) não assinar a Ata de Registro de Preços;
- i) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços;
- j) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- k) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** Sujeita-se à aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o licitante/adjudicatário que cometer as condutas previstas nas alíneas b, c, h, i do item 14.2.

**14.4.** Sujeita-se à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante/adjudicatário que cometer a condutas previstas as alíneas d, f, g, h, i, j, k, l do item 14.2 ou praticar quaisquer das outras condutas previstas no item 14.2 que justifique a imposição dessa penalidade mais grave.

**14.5.** A aplicação da sanção prevista no item 14.2 poderá ser cumulada com as sanções previstas nos itens 14.3 e 14.4.

**14.6.** A aplicação das sanções aqui previstas deve observar o disposto na legislação específica e não impede a aplicação de outras sanções, de acordo com a análise do caso concreto, desde que não sejam incompatíveis e estejam expressamente previstas no edital e em seus anexos, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual e na legislação correlata.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

**15.2.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração e não contrariem as regras do edital e da legislação.

**15.3.** A autoridade competente e o Pregoeiro, caso entendam necessário, poderão efetuar diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação podendo, inclusive, solicitar a apresentação do original ou de cópia autenticada no prazo estipulado. Poderá, ainda, se necessário, solicitar informações da unidade técnica, demandante, especializada e outras unidades, bem como solicitar apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno.

**15.4.** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**15.5.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado na implementação.

**15.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro, em contrário.

**15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, observar-se-á:

- a)** quando contados em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TRE/RO;
- b)** quanto contados em horas, a contagem será feita minuto a minuto, desprezando-se as frações de minuto, para mais ou para menos;
- c)** quanto contados em minutos, a contagem será feita segundo a segundo, desprezando-se as frações de segundo, para mais ou para menos.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia**

---

**15.8.** Considerando a existência de mais de um fuso horário no País, os horários registrados neste edital serão considerados, **sempre, em relação ao horário oficial de Brasília.**

**15.9.** Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/21, o valor estimado do certame será tornado público após a conclusão da licitação ou na fase de negociação, se necessário.

**15.10.** A decisão do Pregoeiro, quanto ao resultado do certame, será publicada no PNCP.

**15.11.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**15.12.** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na lei 14.133/21 e na legislação correlata.

**15.13.** São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO I – Formulário modelo de proposta e declaração;
- b) ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;
- c) ANEXO III – Termo de Referência;
- d) ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Porto Velho, 19 de junho de 2026.

**ANDERCLEDSON REIS**  
**PREGOEIRO**



**ANEXO I**  
**FORMULÁRIO MODELO DE PROPOSTA E DECLARAÇÕES**  
**(IDENTIFICAÇÃO / LOGO / MARCA / TIMBRE DA EMPRESA)**

Edital de Pregão n. \_\_\_\_/2026

RAZÃO SOCIAL, NOME DE FANTASIA E CNPJ:

ENDEREÇO:

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL:

CONTATOS DA EMPRESA - TELEFONES E E-MAIL:

ITEM	OBJETO	QTD	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Descrição: Marca/Modelo: <b>CNPJ do Fabricante (CTF IBAMA):</b>			
2	Descrição: Marca/Modelo: <b>CNPJ do Fabricante (CTF IBAMA):</b>			
(...)	Descrição: Marca/Modelo: <b>CNPJ do Fabricante (CTF IBAMA):</b>			

**ATENÇÃO:** É **obrigatória** a apresentação do Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF IBAMA) do fabricante de cada um dos produtos ofertados.

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da lei, para fins necessários:

- Que o fabricante/indústria (NOME e nº do CNPJ) dos produtos ofertados possui Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF IBAMA) do fabricante de cada um dos produtos ofertados, vigente, válido e com indicação de atividade compatível com o objeto. Para tanto, anexa a esta proposta o certificado.
- Que o Licitante não tem inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**LOCAL E DATA**

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE**



## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 40/2026 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE (obrigatório)

Unidade solicitante: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Em decorrência da realização das Eleições Gerais de 2026 exige-se a mobilização de um contingente expressivo de mesários voluntários, coordenadores de acessibilidade, técnicos de urna e forças de segurança, que atuarão em regime de prontidão durante todo o dia do pleito, além dos servidores do TRE-RO. Pontuando que, o consumo ideal de água em um dia é de, ao menos, 2 litros por pessoa, a Justiça Eleitoral tem distribuído tal quantidade aos seus colaboradores.

No último pleito eleitoral, o TRE-RO inaugurou o uso e consumo de água mineral em lata de alumínio de 350 ml para os mesários e colaboradores da capital. Assim, a manutenção do uso exclusivo de lata de alumínio para Porto Velho justifica-se pelo alto índice de reciclabilidade do material em centros urbanos, o que está em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) deste Tribunal.

Contudo, não há mercado local para o fornecimento de água mineral em lata no estado de Rondônia, o que facilitaria a logística de compra e distribuição. No interior, a situação é ainda mais restrita, restando como alternativa mais viável estrategicamente a aquisição apenas de garrafas plásticas - PET. Ademais, diante da inexistência de envase local de água em lata em Rondônia, há um risco logístico relevante de o lote de latas restar deserto ou fracassado. Para mitigar o risco de desabastecimento na Capital, a estratégia de contratação preverá, de forma preventiva e excludente, a possibilidade de fornecimento em garrafas PET para Porto Velho, funcionando como lote de contingência operacional. Portanto, recomenda-se a contratação de água mineral em lata de alumínio de 350 ml para os mesários e colaboradores da capital (com previsão de item de contingência em PET) e de água mineral, sem gás, em garrafa PET de 500 ml para o interior."

Portanto, recomenda-se que a contratação água mineral em lata de alumínio de 350 ml para os mesários e colaboradores da capital e de água mineral, sem gás, em garrafa PET de 500 ml.

#### 3. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL (obrigatório)

3.1 A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE-RO?

( ) Não, **justificar:** \_\_\_\_\_.

(X) Sim, **descrever quais:** \_\_\_\_\_.

- Promoção da sustentabilidade, acessibilidade, inclusão e diversidade
- Desenvolver competências requeridas no presente e no futuro
- Aprimorar as aquisições e contratações
- Adotar critérios de sustentabilidade nas contratações

3.2 Consta do PCA 2026 PSei nº [0000371-28.2025.6.22.8000](#):

(X) Sim, no item nº 49 (Evento [1462308](#));





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

**3.3 Qual objetivo, indicador ou meta do Plano de Logística Sustentável - PLS serão atendidos com a contratação?**

A presente aquisição está alinhada ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ciclo 2021-2026 (Revisão 2024) , especialmente ao Eixo Aquisições e Contratações Sustentáveis, Objetivo 15 (Indicador 15: Índice de compras sustentáveis).A especificação técnica dos materiais — latas de alumínio com alto índice de reciclabilidade e garrafas PET com massa mínima controlada — visa garantir o cumprimento da meta de manter em pelo menos 80% o número de contratações com critérios de sustentabilidade até 2026. A estratégia está em total conformidade com a Instrução Normativa TRE-RO nº 1/2023, que adota o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

Nº	INDICADOR	METAS						UNIDADE GESTORA	PERIODICIDADE
15	Índice de compras sustentáveis	Manter em pelo menos 80% o número de contratação com critérios de sustentabilidade até 2026.						COMAP	Anual
		2021	2022	2023	2024	2025	2026		
		*	*	*	80%	80%	80%		
Fórmula		(Contratações com critério de sustentabilidade / total de contratações) *100							
Descrição do indicador: Mede o percentual de aquisições e contratações realizadas no exercício com a inclusão de critério de sustentabilidade.									

**4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES**

**4.1** Informação sobre **contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão ser realizadas em função desta:** *(Inclusive sobre necessidade de contratação de terceiros (empresa ou pessoa física) para auxiliar a fiscalização do contrato - Art. 117, § 44º da Lei nº 14.133/2021):*

**Descrever:** \_\_\_\_\_.

(X) Não há.

**4.2.** Caso necessário, informar também eventuais providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato (**providências preliminares**):

( ) Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação: \_\_\_\_\_;

( ) Instalação elétrica: \_\_\_\_\_;

( ) Instalação lógica: \_\_\_\_\_;

( ) Alteração de *layout*: \_\_\_\_\_;

( ) Outra: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

## 5.1 REQUISITOS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

### Requisitos do negócio:

O objeto deve ser entregue em embalagem primária (lata/garrafa) e secundária (fardo), atendendo aos seguintes critérios:

- Embalagem Primária (Capital): Latas de alumínio de 350ml, com lacre tipo *stay-on-tab*, resistentes a pressões internas de carbonatação (mesmo para água sem gás) para evitar deformações durante o manuseio.
- Embalagem Primária (Interior): Garrafas PET de 500ml, transparentes, com tampa de rosca e lacre de segurança que se rompe na primeira abertura.
- Embalagem Secundária (Logística): Ambas devem ser acondicionadas em fardos de plástico termoencolhível (6 ou 12 unidades), garantindo a estabilidade no empilhamento em paletes e protegendo contra poeira e umidade durante o armazenamento nos Cartórios Eleitorais.
- Validade Residual: No momento da entrega em cada polo, o lote deve possuir no mínimo 12 meses de validade restante. Não serão aceitos lotes com datas de fabricação distintas que dificultem o controle de estoque.

### Requisitos de capacitação:

(X) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

### Requisitos legais:

- **ANVISA - RDC Nº 717, 01/07/2022** - Dispõe sobre os requisitos sanitários das águas envasadas e do gelo para consumo humano.
- **ANVISA - RDC Nº 727, 01/07/2022** - Dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados.
- **Lei nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- **Decreto nº 11.413/2023** - Institui o Certificado de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, o Certificado de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e o Certificado de Crédito de Massa Futura, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- **Lei nº 14.133/2021**: Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que rege todo o processo de planejamento e execução da contratação.
- **Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, para o tratamento de dados em itens personalizados (identidades funcionais e crachás).
- **Instrução Normativa PRES/TRE-RO nº 001/2023**: Que adota o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, estabelecendo critérios ambientais para os produtos e serviços.
- **Resolução CNJ nº 400/2021**: Dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário.
- **Decreto Federal nº 11.462/2023**: Regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP).

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

### Requisitos de garantia e manutenção:

Serão exigidas as seguintes garantias:

(X) **Apenas a garantia legal** (todo produto, por lei, tem garantia, independente de ser oferecida ou não pelo fornecedor. É a chamada “garantia legal”: 30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis (art. 26, I, e II, CDC).

( ) **Garantia complementar à legal** (A garantia oferecida pelo fornecedor, complementar à legal, é aquela exigida pelas especificidades do objeto, que deve ser justificada pela unidade, geralmente por ser uma prática observada no mercado para aquele produto ou serviço).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

( ) Não será exigida porque:\_\_\_\_\_.

**Requisitos temporais:**

Entregar os materiais no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

Registro de preços: as datas previstas para as entregas:

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	QTD MÍNIMA (POR PEDIDO)	AGOSTO/2026 1º TURNO	OUTUBRO 2º TURNO (se houver)	TOTAL LICITAÇÃO (1º + 2º TURNO)
1	Água mineral, sem gás, PET 500ml	1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Av. Candido Rondon, 784, Tamandare, Guajará Mirim-RO	5.000	5749	5749	11498
2	Água mineral, sem gás, PET 500ml	3ª e 30ª	JÍ-PARANÁ	Av. Marechal Rondon, 1218, Centro, Jí Paraná-RO	5.000	11450	11450	22900
3	Água mineral, sem gás, PET 500ml	4ª	VILHENA	Rua 545, 495, Jardim América, Vilhena-RO	5.000	6831	6831	13662
4	Água mineral, sem gás, PET 500ml	5ª	COSTA MARQUES	Av. Chianca, 1159, Centro, Costa Marques-RO	2.000	2347	2347	4694
5	Água mineral, sem gás, PET 500ml	7ª, 25ª e 26ª	ARIQUEMES	Tv. Aquariquara, 3631, Setor Inst., Ariquemes-RO	5.000	11297	11297	22594
6	Água mineral, sem gás, PET 500ml	8ª	COLORADO DO OESTE	Av. Marechal Rondon, 4637, Centro, Colorado-RO	3.000	4064	4064	8128
7	Água mineral, sem gás, PET 500ml	9ª	PIMENTA BUENO	Av. Castelo Branco, 970, Dos Pioneiros, Pimenta Bueno-RO	3.000	3994	3994	7988
8	Água mineral, sem gás, PET 500ml	10ª e 27ª	JARU	Rua Princesa Isabel, 1028, Setor 02, Jaru-RO	5.000	5965	5965	11930
9	Água mineral, sem gás, PET 500ml	11ª	CACOAL	Rua Anísio Serrão, 2004, Centro, Cacoal-RO	5.000	9528	9528	19056
10	Água mineral, sem gás, PET 500ml	12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Rua Rio Grande do Sul, 2664, Centro, Espigão-RO	2.000	3023	3023	6046
11	Água mineral, sem gás, PET 500ml	13ª e 28ª	OURO PRETO DO OESTE	Rua Café Filho, 83, Da União, Ouro Preto-RO	5.000	5968	5968	11936
12	Água mineral, sem gás, PET 500ml	15ª e 29ª	ROLIM MOURA DE	Av. São Luiz, 4557, Centro, Rolim de Moura-RO	5.000	6467	6467	12934



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	QTD MÍNIMA (POR PEDIDO)	AGOSTO/2026 1º TURNO	OUTUBRO 2º TURNO (se houver)	TOTAL LICITAÇÃO (1º + 2º TURNO)
13	Água mineral, sem gás, PET 500ml	16ª	CEREJEIRAS	Av. das Nações, 1847, Centro, Cerejeiras-RO	2.000	2539	2539	5078
14	Água mineral, sem gás, PET 500ml	17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Av. Brasil, 3068, Princesa Isabel, Alta Floresta-RO	2.000	2485	2485	4970
15	Água mineral, sem gás, PET 500ml	18ª	ALVORADA DO OESTE	Rua Monteiro Lobato, 4283, Três Poderes, Alvorada-RO	2.000	2850	2850	5700
16	Água mineral, sem gás, PET 500ml	19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Rua D. Pedro I, 2349, Centro, Santa Luzia-RO	2.000	3421	3421	6842
17	Água mineral, sem gás, PET 500ml	32ª	MACHADINHO D'OESTE	Av. Rio de Janeiro, 3134, Centro, Machadinho-RO	3.000	3480	3480	6960
18	Água mineral, sem gás, PET 500ml	34ª	BURITIS	Av. Porto Velho, 1454, Setor 02, Buritis-RO	2.000	2928	2928	5856
19	Água mineral, sem gás, PET 500ml	35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Av. Cacoal, 965, Cristo Rei, São Miguel-RO	2.000	2517	2517	5034
20	Água mineral, sem gás, PET 500ml ( <i>Item Contingência</i> )	Demanda Integrada Capital (Zonas 2ª, 6ª, 20ª, 21ª e Almocharifado)	PORTO VELHO	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Almocharifado TRE-RO	5.000	52542	52542	105.084
21	Água mineral, sem gás, em LATA 350ml	Demanda Integrada Capital (Zonas 2ª, 6ª, 20ª, 21ª e Almocharifado)	PORTO VELHO	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Almocharifado TRE-RO	5.000	52542	52542	105.084
-	<b>TOTAL GERAL</b>	-	-	-				

**Requisitos de Segurança da Informação:**

(X) não se aplica.

**Requisitos ambientais, econômicos, sociais e culturais:**

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2025), o objeto foi analisado sob o prisma do impacto ambiental. A extração e o envase de águas minerais são atividades classificadas como Potencialmente Poluidoras, conforme o Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981 e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 (Código 16-13).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Considerando o vulto da contratação, estimada em 351.456 unidades para o atendimento de todo o Estado de Rondônia, a licitação possui elevado potencial para atrair revendas e distribuidoras de outras unidades da federação. Diante da diversidade de órgãos ambientais estaduais e modelos de licenciamento, a Administração adota o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP/IBAMA) como padrão único de comprovação de regularidade da marca. A regularidade ambiental da marca ofertada poderá ser verificada pelo Pregoeiro, de ofício, mediante consulta ao portal do IBAMA durante a fase de aceitabilidade da proposta. Tal medida garante ampla competitividade, transparência e isonomia, assegurando que o Tribunal adquira produtos de fontes legalmente autorizadas, como as já prospectadas marcas Kaiary e Minalinda, ambas regulares no sistema federal.

Em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao princípio da sustentabilidade, a estratégia de Logística Reversa deste certame fundamenta-se na responsabilidade compartilhada. Diferente de modelos que oneram excessivamente o fornecedor com a coleta física em áreas remotas, o TRE-RO adotará uma solução híbrida e eficiente:

- **Gestão Interna Institucional:** Conforme a Portaria Conjunta nº 03/2023 (SEI 1087395) e o Plano de Logística Sustentável - PLS 2021-2026 (SEI 1335636), o Tribunal utilizará sua própria capilaridade logística para promover a segregação e o encaminhamento das embalagens vazias às cooperativas de catadores locais em Rondônia.
- **Obrigação de Reciclabilidade:** Caberá à contratada garantir que as embalagens fornecidas (PET e Alumínio) sejam 100% recicláveis e compatíveis com os padrões industriais de economia circular, assegurando que o resíduo gerado pelo pleito eleitoral seja integralmente reaproveitado.
- **Economicidade e Competitividade:** Ao assumir a gestão do descarte por meio de seu programa de sustentabilidade, a Administração afasta o ônus de frete reverso da contratada, o que garante a manutenção de preços competitivos e evita a desclassificação de marcas regionais que não possuam rede própria de coleta no interior do estado.

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

**8. Requisitos técnicos:**

ITENS	REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS	NORMAS TÉCNICAS	ESSENCIALIDADE DA EXIGÊNCIA (JUSTIFICATIVA TÉCNICA E LEGAL)
Garrafas PET 500ml	Água mineral natural, sem gás, extraída de fontes naturais, com composição química estável e isenta de aditivos. pH entre 6,0 e 8,5. Embalagem em PET virgem, 100% reciclável, transparente. Massa mínima da garrafa: 11g a 13g (sem tampa). Variação do peso líquido permitida entre 495 e 500 ml. Tampa em PP com lacre de segurança mecânico. Rótulo em BOPP resistente à umidade. Validade mínima de 12 meses.	ANVISA: RDC nº 717/2022.  ANM: Resolução nº 157/2024 e Dec.-Lei nº 7.841/1945.  ABNT: NBR 15395:2006.	A exigência de conformidade com a RDC 717/2022 é essencial para garantir a segurança sanitária e potabilidade. A Resolução ANM 157/2024 assegura a regularidade da rotulagem e procedência mineral. A NBR 15395 garante a resistência mecânica da garrafa, evitando perdas logísticas. A massa mínima de 11g justifica-se pela necessidade de suportar o empilhamento em paletes no almoxarifado sem rompimento do lacre ou do frasco.
Latas de Alumínio - 350ml	Água mineral natural, sem gás, isenta de aditivos. Embalagem em liga de alumínio de alta pureza, 100% reciclável. Revestimento interno em verniz epóxi-fenólico ou similar (grau alimentício). Lacre de abertura sistema stay-on-tab (Lacre de abertura não destacável).	ANVISA: RDC nº 717/2022 e RDC nº 498/2021.	A RDC 717/2022 garante a potabilidade. O revestimento interno (exigido pela RDC 498/2021) evita a migração de metais e preserva o sabor. A NBR 17194 é a norma específica para latas de bebidas, assegurando resistência ao empilhamento e funcionalidade da tampa. O anel permanente (stay-on-tab) é um lacre de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	Resistência mecânica para empilhamento de 5 a 6 camadas. Validade mínima de 12 meses.	ANM: Resolução nº 157/2024 e Dec.-Lei nº 7.841/1945.  ABNT: NBR 17194.	abertura, devendo este permanecer fixado à tampa após a abertura da embalagem. É essencial para a sustentabilidade, evitando o descarte de resíduos metálicos avulsos.
--	---	---	--

( ) não se aplica porque: \_\_\_\_\_.

**9. Metodologia de trabalho e implantação da solução:**

Local de entrega:

Os bens deverão ser entregues PELA CONTRATADA no endereço do cartório eleitoral, conforme item contratado:

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA PELA CONTRATADA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL
1	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Avenida Candido Rondon, n. 784. Bairro: Tamandare. CEP: 76.850-000, Guajará Mirim - RO.
2	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	3ª e 30ª	Ji-PARANÁ	Avenida Marechal Rondon, n. 1218. Bairro: Centro. CEP: 76.900-101, Ji Paraná - RO.
3	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	4ª	VILHENA	Rua 545, n. 495. Bairro: Jardim América. CEP: 76.980-728, Vilhena - RO.
4	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	5ª	COSTA MARQUES	Avenida Chianca, n. 1159. Bairro: Centro. CEP: 76.937-000, Costa Marques - RO.
5	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	7ª, 25ª e 26ª	ARIQUEMES	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional. Bairro: Setor Institucional. CEP: 76.872-856, Ariquemes - RO.
6	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	8ª	COLORADO DO OESTE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637. Bairro: Centro. CEP: 76.993-000, Colorado do Oeste - RO.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

7	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	9ª	PIMENTA BUENO	Avenida Castelo Branco, n. 970. Bairro: Dos Pioneiros. CEP: 76.970-000, Pimenta Bueno -RO.
8	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	10ª e 27ª	JARU	Rua Princesa Isabel, n. 1028. Bairro: Setor 02. CEP: 76.890-000, Jaru - RO.
9	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	11ª	CACOAL	Rua Anísio Serrão, n. 2004. Bairro: Centro. CEP: 76.963-804, Cacoal - RO.
10	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Rua Rio Grande do Sul, n. 2664. Bairro: Centro. CEP: 76.974-000, Espigão do Oeste - RO.
11	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	13ª e 28ª	OURO PRETO DO OESTE	Rua Café Filho, n. 83. Bairro: Da União. CEP: 76.920-000, Ouro Preto do Oeste -RO.
12	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	15ª e 29ª	ROLIM DE MOURA	Avenida São Luiz, n. 4557. Bairro: Centro. CEP: 76.940-000, Bairro: Centro, Rolim de Moura - RO.
13	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	16ª	CEREJEIRAS	Avenida das Nações, n. 1847. Centro. Bairro: Centro. CEP: 76.997-000, Cerejeiras - RO.
14	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Avenida Brasil, n. 3068. Bairro: Princesa Isabel. CEP: 76.954-000, Alta Floresta do Oeste - RO.
15	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	18ª	ALVORADA DO OESTE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283. Bairro: Três Poderes. CEP: 76.930-000, Alvorada do Oeste - RO.
16	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Rua D. Pedro I, n. 2349. Bairro: Centro. CEP: 76.950-000, Santa Luzia do Oeste - RO.
17	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	32ª	MACHADINHO D'OESTE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134. Bairro: Centro. CEP: 76.868-000, Machadinho do Oeste - RO.
18	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	34ª	BURITIS	Avenida Porto Velho, n. 1454. Bairro: Setor 02. CEP: 76.880-000, Buritis - RO.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

19	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Avenida Cacoal, n. 965. Bairro: Cristo Rei. CEP: 76.932-000, São Miguel do Guaporé - RO.
20	Água mineral natural, sem gás, em garrafa plástica, 500ml.	ALMOXARIFADO (Reserva de contingências e Comissões)	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almojarifado, Porto Velho RO.
21	Água mineral sem gás, em LATA, 350ml.	2ª, 6ª, 20ª, 21ª - Almojarifado e Comissões	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almojarifado, Porto Velho RO.

## 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

### 6.1 Consultas e estudos realizados:

#### AÇÃO

(X) Consulta a fornecedores. Documentação gerada (e-mails, relatórios, atas de reuniões, orçamentos, etc.). Descrever e indicar os eventos: [1465206](#) e [1465817](#)

(X) Consulta a contratações de outros órgãos. Documentação gerada (e-mails, Editais de licitação, atas de registro de preços, contratos, etc.). Descrever e indicar os eventos: [1465815](#) e [1465816](#).

( ) Consulta Painel de Preços ou Banco de preços. Documentação gerada (relatórios, outros). **Descrever e indicar os eventos:** \_\_\_\_\_.

( ) Estudos técnicos. Documentação gerada (relatórios, estudos, outros). **Descrever e indicar os eventos:** \_\_\_\_\_.

( ) Não obrigatório. justificar: \_\_\_\_\_

### 6.2 Análise das soluções/alternativas possíveis:

**Descrição da Solução 1:** Fornecimento de água potável por meio de torneira ou poço.

Atendimento aos requisitos: Não atende aos requisitos.

Vantagens da solução: Redução de custos, contudo não em todas as unidades dispõe de água potável.

Desvantagens da solução: Providenciar copos de plástico descartável aos usuários, havendo custo e conflito com a política de sustentabilidade.

Valor Estimado: Não pesquisado.

Solução Escolhida:

( ) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar:

(X) Não.

**Descrição da Solução 2:** Água mineral natural, sem gás, embalada em material plástico (PET) e/ou lata de alumínio, descartável.

Atendimento aos requisitos: Atende.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Vantagens da solução: Consegue atender todos os usuários em todas as localidades;

Desvantagens da solução: Dependência de prazos de terceiros e necessidade de fiscalização rigorosa de qualidade.

Valor Estimado: \_\_\_\_\_.

Solução Escolhida:

(X) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: Trata-se da solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, visto que o TRE-RO necessita atender

( ) Não.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste no fornecimento de água mineral natural, sem gás, para o atendimento das necessidades de hidratação de mesários e colaboradores durante as **Eleições Gerais de 2026** no Estado de Rondônia. A estratégia fundamenta-se na **regionalização do envase**, adotando critérios técnicos distintos visando otimizar a logística, a segurança operacional e a sustentabilidade:

- **Porto Velho (Capital):** Fornecedor em **latas de alumínio de 350ml**. A escolha técnica prioriza o alto índice de reciclabilidade do alumínio em centros urbanos (alinhamento ao PLS do TRE-RO) e a condutividade térmica superior para resfriamento rápido em ambiente de alta rotatividade de pessoal.
- **Interior do Estado:** Fornecedor em **garrafas PET de 500ml**. A escolha técnica foca na resistência mecânica necessária para o transporte de longa distância e na funcionalidade da **tampa de rosca**, requisito essencial para prevenir derramamentos acidentais sobre as urnas eletrônicas e documentos oficiais em locais de votação.
- **Logística Reversa e Economia Circular:** A solução adota o modelo de **responsabilidade compartilhada**. A gestão do descarte será executada diretamente pelo Tribunal, amparada pela **PORTARIA CONJUNTA Nº 3/2023 (SEI 1087395)** e pelo **Plano de Logística Sustentável 2021-2026 (SEI 1335636)**.

Ao utilizar sua própria capilaridade logística para encaminhar as embalagens vazias a cooperativas de catadores locais, o TRE-RO afasta o ônus do frete reverso da contratada. Essa medida garante a máxima economicidade ao certame, transforma o resíduo do pleito em ativo social e econômico regional e cumpre integralmente as metas de sustentabilidade ambiental instituídas pelo programa de gerenciamento de resíduos do Tribunal.

### **7.1 JUSTIFICAR EVENTUAL FORMAÇÃO DE SRP PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO:**

**7.1.1** A contratação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, **no qual o Tribunal será o órgão gerenciador?**

( ) Não;

(X) **Sim. Justificativa**, de acordo com o art. 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 2023:

(X) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

(x) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

( ) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

( ) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser contratado pela Administração, visto que dependerá, ainda, do número de mesários a serem convocados para as Eleições 2026. O quantitativo inicial definido com base na contratação de 2024.

**7.1.2 Se positivo, informar:**

- (X) **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.
- ( ) **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

**7.1.3 Indicação limitada a unidades de contratação sem indicação do total a ser adquirido?**

- (X) Não;
- ( ) Sim, porque (neste caso é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata):
- ( ) É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;
- ( ) Trata-se de alimento perecível.

**7.1.4 OS DEMAIS ELEMENTOS DEVERÃO CONSTAR DO TR.**

**7.2** A contratação da solução por meio do **INGRESSO EM SRP OU ADESÃO A UMA ARP** exige as seguintes **justificativas (art. 15, VII, Decreto nº 11.462, de 2023)**:

- (X) **Não há RP** vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP.
- ( ) **Há RP** vigente, compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste ETP, porém será necessário novo RP porque o quantitativo é inferior à demanda.

**7.2.1 Justificativa complementar para INGRESSO EM SRP (art. 10 do Decreto 11.462, de 2023):**

**I - Vantagem do ingresso: Descrever:** \_\_\_\_\_.

- Nos termo do Decreto 11.462/2023, art. 10, em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas, **não foram encontrados** Editais e Avisos de Contratações publicados, Atas de registro de Preços ou Contratos em vigência que atendam as especificações e as quantidades que atendam às necessidades da administração.

**II - Extrato da IRP e os demais documentos do processo já disponíveis pelo órgão gerenciador para estabelecer as especificações do objeto e as obrigações da compromissária/contratada, tais como: documentos da fase de planejamento, aviso do edital e seus anexos, comprovação de publicação do aviso de edital, juntados nos eventos: NÃO SE APLICA.**

**7.2.2 Justificativa específica para ADESÃO EM ARP (art. 31 do Decreto 11.462, de 2023):**

**I - Vantagem da adesão**, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público: NÃO SE APLICA.

- Não será realizada adesão a ARP.**

**II - Demonstração da compatibilidade dos valores** registrados com os valores praticados pelo mercado, **conforme consultas de preços realizadas**, juntadas nos eventos: NÃO SE APLICA.

**III - Consulta e aceitação prévias** do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor (**juntar os documentos e citar os eventos**): NÃO SE APLICA.

**IV -** Atos que regem o SRP no órgão gerenciador: edital, com seus anexos, e comprovação da publicação, parecer jurídico, ARP e seus anexos e comprovação de publicação, juntados nos eventos: NÃO SE APLICA.

## 8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O dimensionamento global da contratação foi integralmente atualizado para 483.240 unidades de água mineral, estruturado de forma a garantir a logística regular do interior e a blindagem operacional da Capital face ao risco de desabastecimento. O volume total licitado divide-se em três frentes bem delineadas:

- **ÁGUA MINERAL EM GARRAFA PET (500ml)** – Lote do Interior: Total de 219.672 unidades, destinadas ao atendimento das Zonas Eleitorais no interior do Estado, onde a resistência mecânica do plástico é indispensável para o transporte rodoviário e fluvial de longa distância.
- **ÁGUA MINERAL EM LATA (350ml)** – Lote Principal da Capital: Total de 131.784 unidades, destinadas ao consumo de mesários e colaboradores em Porto Velho e polos de apoio, alinhando-se às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal devido ao alto índice de reciclabilidade do alumínio.
- **ÁGUA MINERAL EM GARRAFA PET (500ml)** – Lote de Contingência da Capital: Total de 131.784 unidades, quantitativo estrategicamente espelhado ao lote de latas para Porto Velho, funcionando como reserva técnica excludente para mitigar o risco de a licitação de latas restar deserta ou fracassada.

A revisão dos quantitativos baseia-se na determinação de fixar a composição de 5 (cinco) mesários por seção eleitoral. A margem de segurança e a adequação quantitativa, conforme distribuição detalhada a seguir:

ÁGUA MINERAL GARRAFA PET 500 ML e água em LATA															
													COM FÓRMULA		
ZO NA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES	Nº DE ELEITORES	Nº DE MESÁRIOS (4 x seção)	Monitores (5 x LV)	Pessoa l do apoio logístico e comissões 30% mesário	Policiais (5 x LV)	Água Mesários (5x4x SE)	Água Moni tores (4x5xLV)	Água Pes soal do Apoio Logístico (4 x apoio)	Água Poli ciais (4 x policiais local de vot)	1º turno	2º turno	Total Licitação
1ª	GUAJARÁ-MIRIM	21	135	29254	540	105	162	105	2160	420	648	420	3648	3648	7296
	NOVA MAMORÉ	13	76	19505	304	65	91	65	1216	260	365	260	2101	2101	4202
2ª	PORTO VELHO	45	401	110158	1604	225	481	225	6416	900	1925	900	10141	10141	20282
	ITAPUÃ DO OESTE	5	25	7158	100	25	30	25	400	100	120	100	720	720	1440
3ª	PRESIDENTE	15	79	15752	316	75	95	75	1264	300	379	300	2243	2243	4486



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

	MÉDICI														
	JI-PARANÁ	15	118	30127	472	75	142	75	1888	300	566	300	3054	3054	6109
4ª	VILHENA	34	263	71865	1052	170	316	170	4208	680	1262	680	6830	6830	13661
5ª	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	8	46	12813	184	40	55	40	736	160	221	160	1277	1277	2554
	COSTA MARQUES	7	38	9153	152	35	46	35	608	140	182	140	1070	1070	2141
6ª	PORTO VELHO	40	343	91518	1372	200	412	200	5488	800	1646	800	8734	8734	17469
7ª	ARIQUEMES	29	287	72870	1148	145	344	145	4592	580	1378	580	7130	7130	14259
8ª	CABIXI	4	24	4959	96	20	29	20	384	80	115	80	659	659	1318
	CHUPINGUAIA	7	32	7700	128	35	38	35	512	140	154	140	946	946	1891
	COLORADO DO OESTE	10	99	13530	396	50	119	50	1584	200	475	200	2459	2459	4918
9ª	PIMENTA BUENO	23	129	27546	516	115	155	115	2064	460	619	460	3603	3603	7206
	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3	13	3029	52	15	16	15	208	60	62	60	390	390	781
10ª	JARU	16	166	41375	664	80	199	80	2656	320	797	320	4093	4093	8186
11ª	CACOAL	46	334	70129	1336	230	401	230	5344	920	1603	920	8787	8787	17574
	MINISTRO ANDREAZZA	5	26	6151	104	25	31	25	416	100	125	100	741	741	1482
12ª	ESPIGÃO DO OESTE	22	103	23372	412	110	124	110	1648	440	494	440	3022	3022	6045





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

13ª	TEIXEIRÓPOLIS	2	16	3927	64	10	19	10	256	40	77	40	413	413	826
	OURO PRETO DO OESTE	13	134	28380	536	65	161	65	2144	260	643	260	3307	3307	6614
15ª	CASTANHEIRAS	2	12	3402	48	10	14	10	192	40	58	40	330	330	659
	NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	7	52	13422	208	35	62	35	832	140	250	140	1362	1362	2723
	NOVO HORIZONTE DO OESTE	2	30	7037	120	10	36	10	480	40	144	40	704	704	1408
16ª	PIMENTEIRAS DO OESTE	1	8	2288	32	5	10	5	128	20	38	20	206	206	413
	CEREJEIRAS	5	61	13332	244	25	73	25	976	100	293	100	1469	1469	2938
	CORUMBIA RA	6	30	5752	120	30	36	30	480	120	144	120	864	864	1728
17ª	ALTA FLORESTA DO OESTE	20	81	18206	324	100	97	100	1296	400	389	400	2485	2485	4970
18ª	URUPÁ	5	35	9230	140	25	42	25	560	100	168	100	928	928	1856
	ALVORADA DO OESTE	8	77	11106	308	40	92	40	1232	160	370	160	1922	1922	3843
19ª	SANTA LUZIA DO OESTE	6	44	6831	176	30	53	30	704	120	211	120	1155	1155	2310
	SÃO FELIPE DO OESTE	4	32	4563	128	20	38	20	512	80	154	80	826	826	1651
	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	4	31	8847	124	20	37	20	496	80	149	80	805	805	1610



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	PARECIS	6	19	3866	76	30	23	30	304	120	91	120	635	635	1270
20ª	PORTO VELHO	43	328	88146	1312	215	394	215	5248	860	1574	860	8542	8542	17085
21ª	PORTO VELHO	27	253	78959	1012	135	304	135	4048	540	1214	540	6342	6342	12685
	CANDEIAS DO JAMARI	12	76	20686	304	60	91	60	1216	240	365	240	2061	2061	4122
25ª	ALTO PARAÍSO	8	45	12076	180	40	54	40	720	160	216	160	1256	1256	2512
	MONTE NEGRO	5	40	10189	160	25	48	25	640	100	192	100	1032	1032	2064
26ª	RIO CRESPO	1	13	3510	52	5	16	5	208	20	62	20	310	310	621
	CACAULÂNDIA	4	18	3888	72	20	22	20	288	80	86	80	534	534	1069
	CUJUBIM	5	40	11167	160	25	48	25	640	100	192	100	1032	1032	2064
27ª	THEOBROMA	6	32	7585	128	30	38	30	512	120	154	120	906	906	1811
	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	7	33	7206	132	35	40	35	528	140	158	140	966	966	1933
28ª	VALE DO PARAÍSO	4	27	5532	108	20	32	20	432	80	130	80	722	722	1443
	MIRANTE DA SERRA	5	35	8336	140	25	42	25	560	100	168	100	928	928	1856
	NOVA UNIÃO	3	23	5346	92	15	28	15	368	60	110	60	598	598	1197
29ª	ROLIM DE MOURA	16	165	41311	660	80	198	80	2640	320	792	320	4072	4072	8144



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

30ª	JI-PARANÁ	29	240	68512	960	145	288	145	3840	580	1152	580	6152	6152	12304
32ª	VALE DO ANARI	4	24	6635	96	20	29	20	384	80	115	80	659	659	1318
	MACHADINHO D'OESTE	18	101	25062	404	90	121	90	1616	360	485	360	2821	2821	5642
34ª	BURITIS	11	81	23345	324	55	97	55	1296	220	389	220	2125	2125	4250
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	5	29	7515	116	25	35	25	464	100	139	100	803	803	1606
35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	6	58	17156	232	30	70	30	928	120	278	120	1446	1446	2893
	SERINGUEIRAS	7	38	9705	152	35	46	35	608	140	182	140	1070	1070	2141
Total zonas		685	5098	1270020	20392	3425	6118	3425	81568	13700	24470	13700	133438	133438	266877
		Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES	Nº DE ELEITORES	Nº DE MESÁRIOS (5 x seção)	Monitores (3 x LV)	Pessoal do apoio logístico e comissões 20% mesário	Policiais (5 x LV)	Água Mesários (5x4xSE)	Água Monitores (5x4xLV)	Água Pessoal do Apoio Logístico (4 x apoio)	Água Policiais (5 x policiais local de vot)	1º turno	2º turno	Total Licitação
PVH	Comissão de transporte (motoristas)						1000				4000		4000	4000	8000
PVH	ALMOXARIFADO (Reserva de emergência e Comissões)						3.000				12000		12000	12000	24000
													149438	149438	298877

Fonte:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Fonte: <https://www.tre-ro.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/informacoes-zonas-eleitorais> , Acesso em 12/05/2026, 11h12

ÁGUA MINERAL LATA 350 ML

ZONA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES	Nº DE ELEITORES	Nº DE MESÁRIOS (5 x seção)	Monitores (3 x LV)	Pessoal do apoio logístico e comissões 20% mesário	Policiais (4 x LV)	Água Mesários (5x4 x SE)	Água Monitores (3x4xLV)	Água Pessoal do Apoio Logístico (4 x apoio)	Água Policiais (4 x policiais locais de vot)	1º turno	2º turno	Total Licitação
2ª	PORTO VELHO	45	401	110158	1604	225	481	225	6416	900	1925	900	10141	10141	20282
	ITAPUÃ DO OESTE	5	25	7158	100	25	30	25	400	100	120	100	720	720	1440
6ª	PORTO VELHO	40	343	91518	1372	200	412	200	5488	800	1646	800	8734	8734	17469
20ª	PORTO VELHO	43	328	88146	1312	215	394	215	5248	860	1574	860	8542	8542	17085
21ª	PORTO VELHO	27	253	78959	1012	135	304	135	4048	540	1214	540	6342	6342	12685
	CANDEIAS DO JAMARI	12	76	20686	304	60	91	60	1216	240	365	240	2061	2061	4122
		172	1426	396625	5704	860	1711	860	22816	3440	6845	3440	36541	36541	73082



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PV H	Comissão de transporte (motoristas)						1000				4000		4000	4000	8000
PV H	ALMOXARIFADO (Reserva de emergência e Comissões)						3.000				12000		12000	12000	24000
													16000	16000	32000
													52542	52542	105084
								mesários	monitores	peçoal apoio			total 1º turno	total 2º turno	Total 1º e 2º turnos

Quantidade de seções e locais de votação atualizadas conforme o Fonte: <https://www.tre-ro.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/informacoes-zonas-eleitorais>, acesso em 12/05/2026.

ZONA	MUNICÍPIO	Nº LOCAIS DE VOTAÇÃO	Nº DE SEÇÕES	Nº DE ELEITORES
1ª	GUAJARÁ-MIRIM	21	135	29254
	NOVA MAMORÉ	13	76	19505



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

2ª	PORTO VELHO	45	401	110158
	ITAPUÃ DO OESTE	5	25	7158
3ª	PRESIDENTE MÉDICI	15	79	15752
	JI-PARANÁ	15	118	30127
4ª	VILHENA	34	263	71865
5ª	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	8	46	12813
	COSTA MARQUES	7	38	9153
6ª	PORTO VELHO	40	343	91518
7ª	ARIQUEMES	29	287	72870
8ª	CABIXI	4	24	4959
	CHUPINGUAIA	7	32	7700
	COLORADO DO OESTE	10	99	13530
9ª	PIMENTA BUENO	23	129	27546
	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	3	13	3029
10ª	JARU	16	166	41375
11ª	CACOAL	46	334	70129
	MINISTRO ANDREAZZA	5	26	6151





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

12ª	ESPIGÃO DO OESTE	22	103	23372
13ª	TEIXEIRÓPOLIS	2	16	3927
	OURO PRETO DO OESTE	13	134	28380
15ª	CASTANHEIRAS	2	12	3402
	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	7	52	13422
	NOVO HORIZONTE DO OESTE	2	30	7037
16ª	PIMENTEIRAS DO OESTE	1	8	2288
	CEREJEIRAS	5	61	13332
	CORUMBIARA	6	30	5752
17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	20	81	18206
18ª	URUPÁ	5	35	9230
	ALVORADA DO OESTE	8	77	11106
19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	6	44	6831
	SÃO FELIPE D'OESTE	4	32	4563
	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	4	31	8847
	PARECIS	6	19	3866
20ª	PORTO VELHO	43	328	88146



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

21ª	PORTO VELHO	27	253	78959
	CANDEIAS DO JAMARI	12	76	20686
25ª	ALTO PARAÍSO	8	45	12076
	MONTE NEGRO	5	40	10189
26ª	RIO CRESPO	1	13	3510
	CACAULÂNDIA	4	18	3888
	CUJUBIM	5	40	11167
27ª	THEOBROMA	6	32	7585
	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	7	33	7206
28ª	VALE DO PARAÍSO	4	27	5532
	MIRANTE DA SERRA	5	35	8336
	NOVA UNIÃO	3	23	5346
29ª	ROLIM DE MOURA	16	165	41311
30ª	JI-PARANÁ	29	240	68512
32ª	VALE DO ANARI	4	24	6635
	MACHADINHO D'OESTE	18	101	25062
34ª	BURITIS	11	81	23345



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	5	29	7515
35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	6	58	17156
	SERINGUEIRAS	7	38	9705
		685	5098	1.270.020

<b>ZONA ELEITORAL</b>	<b>MUNICÍPIO SEDE</b>	<b>FISCAIS - CHEFES DE CARTÓRIO</b>	<b>TOTAL GARRAFAS (1º e 2º turnos)</b>	<b>AGOSTO 1º turno</b>	<b>OUTUBRO 2º turno</b>
1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Janaína Pereira Silva	11498	5749	5749
2ª	PORTO VELHO	Alexandre Gonçalves Oliveira	21722	10861	10861
3ª	JI-PARANÁ	Alexandre Hernandez Figueiredo Tito de	10596	5298	5298
4ª	VILHENA	Fabíola Canuto Assunção Bernardo Franco	13662	6831	6831
5ª	COSTA MARQUES	Mateus Rodrigues Silva	4694	2347	2347
6ª	PORTO VELHO	Narciso de Oliveira Freire Filho	17470	8735	8735
7ª	ARIQUEMES	Neilce dos Santos Silva	14260	7130	7130
8ª	COLORADO DO OESTE	Marcel Ferreira Barboza	8128	4064	4064



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

9ª	PIMENTA BUENO	Ticiane Lippi Paulucci Conselvan	7988	3994	3994
10ª	JARU	Leiliane Dias Cabral	8186	4093	4093
11ª	CACOAL	Cariny Baleeiro Tadiotto Cielo	19056	9528	9528
12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Mariângela Dalmaz de Rosso	6046	3023	3023
13ª	OURO PRETO DO OESTE	José Bartolomeu da Silva Júnior	7440	3720	3720
15ª	ROLIM DE MOURA	Helber Medeiros Costa	4790	2395	2395
16ª	CEREJEIRAS	Cássio Ramos Félix	5078	2539	2539
17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Fabricio Zanetti Casagrande	4970	2485	2485
18ª	ALVORADA DO OESTE	Sinesio Farias de Souza	5700	2850	2850
19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Cristiane Kely Costa	6842	3421	3421
20ª	PORTO VELHO	Socorro Maria Coelho Soares	17086	8543	8543
21ª	PORTO VELHO	João Paulo Rodrigues de Lima	16806	8403	8403
25ª	ARIQUEMES	Marcilio Faccin	4576	2288	2288
26ª	ARIQUEMES	Aldaleia Soares Maia	3758	1879	1879



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

27ª	JARU	George Washington Freire Teixeira	3744	1872	1872
28ª	OURO PRETO DO OESTE	Vanusa Souza da Cunha Rizzo	4496	2248	2248
29ª	ROLIM DE MOURA	Ivair Simão de Souza	8144	4072	4072
30ª	JI-PARANÁ	Márcio da Silva Vicente	12304	6152	6152
32ª	MACHADINHO D'OESTE	Carla Maira Dias Pinto	6960	3480	3480
34ª	BURITIS	Daniel Pereira Lins Cavalcanti	5856	2928	2928
35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Rildo Cassiano	5034	2517	2517
			266890	133445	133445
PVH	Comissão de Transportes	Josivane Adelino Ferreira	8000	4000	4000
PVH	ALMOXARIFADO (Reserva de emergência e Comissões)	Josivane Adelino Ferreira	24000	12000	12000

**9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)**

**Haverá parcelamento?**

- ( ) **Não**, a solução será adjudicada em **item único** porque:
- ( ) é inviável promover a adjudicação por itens ou grupos porque: \_\_\_\_\_.
- ( ) Outra justificativa: \_\_\_\_\_.



**Se positivo, justificar a vantagem técnica e econômica do agrupamento:** \_\_\_\_\_.

Tratando-se de SRP, somente está sendo indicado o enquadramento orçamentário da despesa no quadro adiante:

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(X) Não se aplica.





( ) Redução de esforço

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

( ) Redução de custo

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

(X) Redução de uso de recursos

Informar: Reciclagem de garrafa plástica.

( ) Não se aplica.

( ) Melhoria de controle

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

( ) Redução de riscos

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

( ) Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

( ) Melhoria/adequação nas instalações físicas

Informar: \_\_\_\_\_.

(X) Não se aplica.

( ) Outro

Informar: \_\_\_\_\_.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

O impacto ambiental mais significativo desta contratação reside na geração de resíduos sólidos pós-consumo, representados pelas embalagens de Polietileno Tereftalato (PET) e Alumínio. Para mitigar esse efeito, a Administração estabelece a exigência de materiais com 100% de potencial de reciclabilidade, assegurando que o objeto contratado não se torne um passivo ambiental. A medida mitigadora central ampara-se no princípio da responsabilidade compartilhada, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em vez de onerar o custo unitário do produto com operações logísticas de retorno por parte da contratada, o TRE-RO executará a gestão direta dos resíduos por meio da Portaria Conjunta nº 03/2023 e do seu Plano de Logística Sustentável (PLS). Esta



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

estratégia garante que a totalidade das embalagens descartadas durante o pleito seja triada e destinada a cooperativas de catadores locais em Rondônia, promovendo a economia circular e a inclusão socioeconômica regional.

A logística de transporte para a distribuição de água mineral em um estado de dimensões territoriais complexas como Rondônia acarreta, invariavelmente, a emissão de gases de efeito estufa. "Como medida mitigadora das emissões de gases, o Tribunal adotará a verificação de ofício da regularidade ambiental via **Cadastro Técnico Federal (CTF/IBAMA)**. Por ser um padrão nacional único, esta medida simplifica o julgamento, fomenta a participação de grandes fornecedores de outras federações e garante que a água provenha de fontes legalmente autorizadas, reduzindo a complexidade burocrática e a pegada de carbono da operação.

O risco de degradação de aquíferos e a exploração predatória de recursos hídricos são mitigados pela exigência de estrita conformidade com a regulação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da ANVISA. A Administração impõe a obrigatoriedade de comprovação da regularidade fabril e da observância à Resolução ANM nº 157/2024, garantindo que a água mineral fornecida provenha de fontes legalmente outorgadas e monitoradas. Esta medida assegura que a contratação pública não compactue com a extração clandestina ou irregular, protegendo a integridade dos mananciais e garantindo que o ciclo de extração mineral respeite os limites de renovabilidade dos recursos naturais.

### **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda?

☒ (X) Sim

☐ ( ) Não

**Justificativa:**\_\_\_\_\_.

**Rudma Rosa Oliveira Costa**

**Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP**

Responsável da unidade demandante

0002164-02.2025.6.22.8000

1526502v3



### ANEXO III

## TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – COMPRAS Nº 36/2026 - PRES/DG/SAOFC/COMAP

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1.1 Formação de registro de preços para eventual aquisição de bens:

( ) permanentes

(X) consumo

água mineral natural, sem gás, para fornecimento aos mesários e colaboradores que trabalharão nas ELEIÇÕES de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### 1.2 Detalhamento dos bens que compõem a solução:

Em decorrência da realização das Eleições Gerais de 2026 exige-se a mobilização de um contingente expressivo de mesários voluntários, coordenadores de acessibilidade, técnicos de urna e forças de segurança, que atuarão em regime de prontidão durante todo o dia do pleito, além dos servidores do TRE-RO. Pontuando que, o consumo ideal de água em um dia é de, ao menos, 2 litros por pessoa, a Justiça Eleitoral tem distribuído tal quantidade aos seus colaboradores.

No último pleito eleitoral, o TRE-RO inaugurou o uso e consumo de água mineral em lata de alumínio de 350 ml para os mesários e colaboradores da capital. Assim, a manutenção do uso exclusivo de lata de alumínio para Porto Velho justifica-se pelo alto índice de reciclabilidade do material em centros urbanos, o que está em consonância com o Plano de Logística Sustentável (PLS) deste Tribunal.

Contudo, não há mercado local para o fornecimento de água mineral em lata no estado de Rondônia, o que facilitaria a logística de compra e distribuição. No interior, a situação é ainda mais restrita, restando como alternativa mais viável estrategicamente a aquisição apenas de garrafas plásticas - PET.

Portanto, recomenda-se a contratação de água mineral em lata de alumínio de 350 ml para os mesários e colaboradores da capital (com previsão de item de contingência em PET) e de água mineral, sem gás, em garrafa PET de 500 ml para o interior do Estado, funcionando de forma preventiva e excludente como lote de contingência operacional para mitigar riscos de desabastecimento na Capital.

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO de ENTREGA PELA CONTRATADA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL - local de entrega pela contratada	TOTAL - unidade
1	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Avenida Candido Rondon, n. 784. Bairro: Tamandare. CEP: 76.850-000, Guajará Mirim - RO.	11.498
2	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	3ª e 30ª	Ji-PARANÁ	Avenida Marechal Rondon, n. 1218. Bairro: Centro. CEP: 76.900-101, Ji Paraná - RO.	22.900
3	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	4ª	VILHENA	Rua 545, n. 495. Bairro: Jardim América. CEP: 76.980-728, Vilhena - RO.	13.662
4	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	5ª	COSTA MARQUES	Avenida Chianca, n. 1159. Bairro: Centro. CEP: 76.937-000, Costa Marques - RO.	4.694



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

5	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	7ª, 25ª e 26ª	ARIQUEMES	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional. Bairro: Setor Institucional. CEP: 76.872-856, Ariquemes - RO.	22.594
6	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	8ª	COLORADO DO OESTE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637. Bairro: Centro. CEP: 76.993-000, Colorado do Oeste - RO.	8.128
7	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	9ª	PIMENTA BUENO	Avenida Castelo Branco, n. 970. Bairro: Dos Pioneiros. CEP: 76.970-000, Pimenta Bueno - RO.	7.988
8	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	10ª e 27ª	JARU	Rua Princesa Isabel, n. 1028. Bairro: Setor 02. CEP: 76.890-000, Jaru - RO.	11.930
9	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	11ª	CACOAL	Rua Anísio Serrão, n. 2004. Bairro: Centro. CEP: 76.963-804, Cacoal - RO.	19.056
10	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Rua Rio Grande do Sul, n. 2664. Bairro: Centro. CEP: 76.974-000, Espigão do Oeste - RO.	6.046
11	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	13ª e 28ª	OURO PRETO DO OESTE	Rua Café Filho, n. 83. Bairro: Da União. CEP: 76.920-000, Ouro Preto do Oeste - RO.	11.936
12	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	15ª e 29ª	ROLIM DE MOURA	Avenida São Luiz, n. 4557. Bairro: Centro. CEP: 76.940-000, Rolim de Moura - RO.	12.934
13	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	16ª	CEREJEIRAS	Avenida das Nações, n. 1847. Centro. Bairro: Centro. CEP: 76.997-000, Cerejeiras - RO.	5.078
14	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Avenida Brasil, n. 3068. Bairro: Princesa Isabel. CEP: 76.954-000, Alta Floresta do Oeste - RO.	4.970
15	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	18ª	ALVORADA DO OESTE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283. Bairro: Três Poderes. CEP: 76.930-000, Alvorada do Oeste - RO.	5.700
16	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Rua D. Pedro I, n. 2349. Bairro: Centro. CEP: 76.950-000, Santa Luzia do Oeste - RO.	6.842
17	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre	32ª	MACHADINHO D'OESTE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134. Bairro: Centro. CEP: 76.868-000, Machadinho do Oeste - RO.	6.960



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	de segurança mecânico, conforme especificação do TR.				
18	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	34ª	BURITIS	Avenida Porto Velho, n. 1454. Bairro: Setor 02. CEP: 76.880-000, Buritis - RO.	5.856
19	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Avenida Cacoal, n. 965. Bairro: Cristo Rei. CEP: 76.932-000, São Miguel do Guaporé - RO.	5.034
20	Água mineral natural, sem gás, em garrafa PET, de 495 a 500ml, 100% reciclável, transparente, com tampa de rosca e lacre de segurança mecânico, conforme especificação do TR.	ALMOXARIFADO (Reserva de contingência e Comissões)	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almoarifado, Porto Velho RO.	105.084
21	Água mineral sem gás, pura e sem sabor, a ser <b>fornecida em LATA de alumínio</b> , contendo no mínimo 350ml. Lacre de abertura tipo anel permanente (stay-on-tab), conforme especificação do TR.	2ª, 6ª, 20ª, 21ª - Almoarifado e Comissões	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almoarifado, Porto Velho RO.	105.084
<b>TOTAL</b>					403.974

**1.3 Objeto de qualidade comum**, de acordo com o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021?

(X) Sim.

( ) Não, trata-se de bens especiais.

**1.4 Parcelamento**, de acordo com o ETP:

( ) Não;

(X) Sim.

**1.5 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada**, na forma do artigo 105 da Lei n. 14.133, de 2021.

**1.5.1 O fornecimento de bens é enquadrado como NÃO CONTINUADO**, tendo em vista que a necessidade administrativa é resolvida com a entrega integral dos materiais destinados às Eleições de 2026, não havendo demanda permanente após o encerramento do pleito.

**1.6 Não sendo adotado contrato**, a contratação será formalizada mediante a substituição do instrumento contratual pela **Nota de Empenho**, nos termos do art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021. Ressalta-se que todos os detalhamentos técnicos, obrigações das partes e regras de fiscalização aplicáveis a esta contratação estão estabelecidos integralmente nas cláusulas deste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do ETP, anexo deste TR.**

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1 A solução consiste na aquisição de água mineral natural, sem gás, para o atendimento das necessidades das Eleições de 2026. As especificações técnicas devem observar rigorosamente os seguintes padrões:**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

I. Natureza do Produto: Água mineral natural, sem gás, extraída de fontes naturais com composição química estável e isenta de aditivos.

II. Item 1 a 20 (Interior): Garrafas de Polietileno Tereftalato (PET) virgem, transparentes, com massa mínima de 11g a 13g (sem tampa) para garantir a resistência ao empilhamento logístico.

III. Volume do PET: Serão aceitas embalagens com peso líquido compreendido exclusivamente entre 495ml e 500ml.

IV. Item 21 (Capital): Latas de alumínio de 350ml, com revestimento interno em verniz de grau alimentício (conforme ANVISA RDC 498/2021) e lacre de abertura do tipo anel permanente (sistema stay-on-tab), conforme ABNT NBR 17194.

V. Prazo de Validade: Validade remanescente mínima de 12 meses no ato da entrega em cada polo.

VI. Rotulagem e Conformidade: O rótulo deve estar em estrita conformidade com a Resolução ANM nº 157/2024 e a ANVISA RDC nº 717/2022, contendo obrigatoriamente a identificação da fonte, composição química, procedência e número de registro/dispensa.

VII. Qualidade Química: Não será aceita água cujo teor de nitrato exceda 10 mg/L, devendo o pH manter-se na faixa entre 6,0 e 8,5.

**3.2 FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

( ) Não se aplica, de acordo com o ETP.

(X) Será formado SRP, de acordo com as justificativas do ETP.

**3.2.1 Haverá uma quantidade máxima a ser adquirida para cada item/grupo?**

( ) Não;

(X) Sim, de acordo com o quantitativo total indicado na tabela no item 1.2.

**3.2.2 Quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens, de acordo com o quadro adiante: (havendo quantidade mínima, inserir quadro/tabela com os quantitativos para cada item).**

**Descrever:** de acordo com o quantitativo total indicado na tabela no item 1.2..

**3.2.3 Haverá possibilidade de prever preços diferentes?**

(X) Não;

( ) Sim, porque:

( ) O objeto será entregue em locais diferentes, a saber: (inserir justificativa para a adoção e quadro/tabela com os itens que serão entregues em locais diferentes).

( ) em razão da forma e do local de acondicionamento: (inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela relacionando os itens com as respectivas diferenças entre as formas e os locais de armazenamento).

( ) admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: (inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela com os diversos tamanhos dos lotes para os itens).

( ) outros motivos justificados: (inserir justificativa para a adoção da medida): \_\_\_\_\_.

**3.2.4 O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência, obrigando-se nos limites dela?**

( ) Sim.

(X) Não, justificar: os quantitativos deverão ser iguais ao máximo previsto no Termo de Referência.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**3.2.5** Será adotado o critério de julgamento de menor preço por:

☒ item

☐ Grupo, **justificativa:**

**3.2.6** Será permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido?

☒ Não;

☐ Sim, porque: **(conforme indicação do valor máximo da despesa, estando vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata).**

☐ É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores;

☐ Trata-se de alimento perecível.

**3.2.7** Divulgação da IRP:

☐ Não, justificativa: \_\_\_\_\_.

☒ Sim.

a) Caso outros órgãos ou outras entidades manifestem interesse em aderir à IRP, no prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto nº 11.462, de 2023, deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

i. Quantitativo total;

ii. Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);

iii. Cronograma de aquisição;

iv. Endereço completo do local de entrega;

v. Disponibilidade orçamentária, se for o caso;

vi. Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

b) Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão a IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado no subcapítulo 5.7 deste TR.

**3.2.8** Há possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades que não tenham participado do certame?

☒ Sim, apresentar justificativa: A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades que não participaram do certame está prevista no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.462/2023. Trata-se de prática consolidada na Administração Pública que visa à economicidade, padronização e otimização dos recursos públicos, mediante o aproveitamento de condições vantajosas obtidas no processo licitatório.

☐ Não, porque: \_\_\_\_\_:

**3.2.9** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462, de 2023):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) os preços registrados serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para o reajuste dos preços contratados.

**3.2.10** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, 2021.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural:**

**4.1** ( ) não se aplica, conforme justificado no ETP.

**4.2:**

(X) De acordo com os requisitos do ETP.

**4.1. Comprovação de Regularidade Ambiental:**

1. Para os itens de água mineral em garrafas PET e latas de alumínio, a regularidade ambiental do fabricante deverá ser comprovada mediante a apresentação da regularidade ambiental da marca ofertada que será verificada pelo Pregoeiro, **de ofício**, mediante consulta ao portal do **CTF/APP/IBAMA** durante a fase de aceitabilidade da proposta (Código 16-13), conforme previsto no Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021.

**3. Logística Reversa:** Em conformidade com a **Portaria Conjunta nº 03/2023 – TRE/RO**, a gestão dos resíduos pós-consumo será realizada diretamente pelo Tribunal, via parcerias com cooperativas de catadores. À contratada caberá assegurar que 100% das embalagens fornecidas sejam recicláveis, estando isenta do ônus de coleta e transporte reverso.

**Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

**4.3** Não se aplica.

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):**

**4.4** Não se aplica.

**Da exigência de amostra (apenas quando exigível):**

**4.5** Não se aplica.

**Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):**

**4.16** Não se aplica.

**Subcontratação:**

**4.17** Não se aplica

**Garantia da contratação:**



**4.19** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Procedimentos prévios à contratação:

**5.1** Na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, será firmado

( ) contrato;

(X) o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei nº 14.133, de 2021).

**5.2** Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa ou para a assinatura do contrato, a adjudicatária ou compromissária da ARP deverá apresentar regularidade, podendo substituir as certidões junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

**5.2.1** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

**5.3** Após a homologação do certame e a comprovação da regularidade da adjudicatária, serão realizados os seguintes procedimentos:

**5.3.1** Havendo previsão de lavratura de **ata de registro de preços** e/ou de instrumento de **contrato**, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar o cadastro de seus representantes legais como usuários externos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviar a documentação solicitada pela referida unidade;

**5.3.2** Em seguida, a adjudicatária será convocada por mensagem eletrônica (e-mail) para, no mesmo prazo indicado anteriormente, realizar a assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou do instrumento de contrato.

**5.3.3** Nas contratações com utilização de nota de empenho de despesa em substituição ao contrato, a Seção de Contratos do TRE-RO enviará esse instrumento à adjudicatária, em formato PDF e via e-mail, devendo essa confirmar o recebimento do documento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio desse e-mail.

**5.3.4** O prazo máximo mencionado neste tópico poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do interessado durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**5.4** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail será feita a assinatura presencial dos instrumentos mencionados, assim como a entrega da nota de empenho referida.

**5.5** O descumprimento desse prazo máximo ou a recusa em realizar os procedimentos indicados poderá ensejar a apuração de descumprimento pela Administração e a aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária e/ou contratada.

**5.6** O descumprimento injustificado, pela adjudicatária ou compromissária da ARP, das obrigações estabelecidas nesta seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (§ 5º do art. 90 c/c art. 155, VI c/c art. 156, II, todos da Lei 14.133/2021 - Não celebrar o contrato). Nessa situação os remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições ou negociar nos limites do valor estimado atualizado da contratação (§ 2º c/c § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021).

### Condições de entrega:

**5.7** O prazo de entrega do material é de 15 (quinze) dias dias corridos consecutivos, contados da confirmação de recebimento da nota de empenho em acordo com 5.3.3 deste TR, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada (não contínua), conforme as quantidades demandadas pela Administração.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições do cronograma de entrega, descrito na tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA pela Contratada	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	QTD MÍNIMA (POR PEDIDO)	AGOSTO/2026 1º TURNO	OUTUBRO 2º TURNO (se houver)	TOTAL LICITAÇÃO (1º + 2º TURNO)
1	Água mineral, sem gás, PET 500ml	1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Av. Candido Rondon, 784, Tamandare, Guajará Mirim-RO	5.000	5749	5749	11498
2	Água mineral, sem gás, PET 500ml	3ª e 30ª	JÍ-PARANÁ	Av. Marechal Rondon, 1218, Centro, Jí Paraná-RO	5.000	11450	11450	22900
3	Água mineral, sem gás, PET 500ml	4ª	VILHENA	Rua 545, 495, Jardim América, Vilhena-RO	5.000	6831	6831	13662
4	Água mineral, sem gás, PET 500ml	5ª	COSTA MARQUES	Av. Chianca, 1159, Centro, Costa Marques-RO	2.000	2347	2347	4694
5	Água mineral, sem gás, PET 500ml	7ª, 25ª e 26ª	ARIQUEMES	Tv. Aquariquara, 3631, Setor Inst., Ariquemes-RO	5.000	11297	11297	22594
6	Água mineral, sem gás, PET 500ml	8ª	COLORADO DO OESTE	Av. Marechal Rondon, 4637, Centro, Colorado-RO	3.000	4064	4064	8128
7	Água mineral, sem gás, PET 500ml	9ª	PIMENTA BUENO	Av. Castelo Branco, 970, Dos Pioneiros, Pimenta Bueno-RO	3.000	3994	3994	7988
8	Água mineral, sem gás, PET 500ml	10ª e 27ª	JARU	Rua Princesa Isabel, 1028, Setor 02, Jaru-RO	5.000	5965	5965	11930
9	Água mineral, sem gás, PET 500ml	11ª	CACOAL	Rua Anísio Serrão, 2004, Centro, Cacoal-RO	5.000	9528	9528	19056
10	Água mineral, sem gás, PET 500ml	12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Rua Rio Grande do Sul, 2664, Centro, Espigão-RO	2.000	3023	3023	6046
11	Água mineral, sem gás, PET 500ml	13ª e 28ª	OURO PRETO DO OESTE	Rua Café Filho, 83, Da União, Ouro Preto-RO	5.000	5968	5968	11936
12	Água mineral, sem gás, PET 500ml	15ª e 29ª	ROLIM DE MOURA	Av. São Luiz, 4557, Centro, Rolim de Moura-RO	5.000	6467	6467	12934
13	Água mineral, sem gás, PET 500ml	16ª	CEREJEIRAS	Av. das Nações, 1847, Centro, Cerejeiras-RO	2.000	2539	2539	5078
14	Água mineral, sem gás, PET 500ml	17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Av. Brasil, 3068, Princesa Isabel, Alta Floresta-RO	2.000	2485	2485	4970



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA pela Contratada	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	QTD MÍNIMA (POR PEDIDO)	AGOSTO/2026 1º TURNO	OUTUBRO 2º TURNO (se houver)	TOTAL LICITAÇÃO (1º + 2º TURNO)
15	Água mineral, sem gás, PET 500ml	18ª	ALVORADA DO OESTE	Rua Monteiro Lobato, 4283, Três Poderes, Alvorada-RO	2.000	2850	2850	5700
16	Água mineral, sem gás, PET 500ml	19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Rua D. Pedro I, 2349, Centro, Santa Luzia-RO	2.000	3421	3421	6842
17	Água mineral, sem gás, PET 500ml	32ª	MACHADINHO D'OESTE	Av. Rio de Janeiro, 3134, Centro, Machadinho-RO	3.000	3480	3480	6960
18	Água mineral, sem gás, PET 500ml	34ª	BURITIS	Av. Porto Velho, 1454, Setor 02, Buritis-RO	2.000	2928	2928	5856
19	Água mineral, sem gás, PET 500ml	35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Av. Cacoal, 965, Cristo Rei, São Miguel-RO	2.000	2517	2517	5034
20	Água mineral, sem gás, PET 500ml ( <i>Item Contingência</i> )	Demanda Integrada Capital (Zonas 2ª, 6ª, 20ª, 21ª e Almocharifado)	PORTO VELHO	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Almocharifado TRE-RO	5.000	52542	52542	105.084
21	Água mineral, sem gás, em LATA 350ml	Demanda Integrada Capital (Zonas 2ª, 6ª, 20ª, 21ª e Almocharifado)	PORTO VELHO	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, Almocharifado TRE-RO	5.000	52542	52542	105.084
-	<b>TOTAL GERAL</b>	-	-	-				

**5.8** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar pelo e-mail: [comap@tre-ro.jus.br](mailto:comap@tre-ro.jus.br) da unidade gestora do contrato as razões respectivas com pelo menos 30 (dias) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.9** Os bens deverão ser entregues pela contratada no endereço do cartório eleitoral, conforme item deste TR e do Edital. As entregas serão realizadas de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h, devendo a data da entrega ser agendada com no mínimo 48 horas de antecedência diretamente com o fiscal técnico e setorial do contrato informado no item 6.19 deste TR.

**5.10** A aquisição do item 21 ficará sujeita à disponibilidade orçamentária, e sua aquisição terá preferência sobre o item 20.

**5.11** O contratante não se obriga a execução total ou parcial dos itens licitados, e sua contratação de penderá de disponibilidade orçamentária, necessidade e conveniência para a administração, consoante logística operacional de distribuição de materiais pelos Cartórios Eleitorais do TRE-RO.

**Garantia, manutenção e assistência técnica, de acordo com o ETP:**

**5.11** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

**5.11.1** Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.



**Indicada para materiais de consumo:**

**5.12** Não se aplica.

**Indicada para materiais permanentes:**

**5.13 a 5.22** Não se aplicam.

**5.23 Deveres e Responsabilidades do contratante:**

**5.23.1** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;

**5.23.2** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais;

**5.23.3** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

**5.23.4** Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

**5.23.5** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**5.23.6** Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens;

**5.23.7** Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**5.23.8** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**5.23.9** Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**5.23.10** Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material fornecido em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

**5.23.11** Receber os bens, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

**5.23.12** Realizar o pagamento dos bens entregues na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

**5.23.13** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**5.24 Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

**5.24.1** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no edital, neste TR e no contrato, se houver;

**5.24.2** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

**5.24.3** Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

**5.24.4** Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**5.24.5** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**5.24.6** Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO, assim como as disposições legais aplicáveis à execução do objeto do contrato.

**5.24.7** Entregar, no endereço informado no objeto deste TR, os materiais em pacotes organizados em quantidades transportáveis, envolvidos por embalagens adequadas, evitando-se avarias durante seu transporte e armazenamento, observado o quantitativo máximo por embalagem.

**5.24.8** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**5.24.9** Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**5.24.10** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes à execução do objeto por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

**5.24.11** Substituir o material recusado, mediante agendamento, às suas expensas, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da notificação com o Termo de Recusa de Material;

**5.24.12** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**5.24.13** Recolher, a suas expensas, o material recusado e devidamente substituído;

a) O recolhimento deve ser realizado mediante prévio agendamento e após a substituição do material recusado;

b) O prazo para recolhimento do material recusado é igual ao estipulado para entrega estabelecido na especificação do material, contados do vencimento do prazo estipulado para substituição.

c) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, este Tribunal poderá proceder à devolução dos materiais recusados, preferencialmente através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhes foram empenhados.

d) Na hipótese de não existência de créditos em haver para com a contratada e ante o não recolhimento dos materiais recusados por parte da mesma e esta, mesmo após devidamente notificada, não emitir qualquer manifestação acerca da questão, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 60 (sessenta) dias da notificação.

**5.24.14** Solicitar, se necessário, prorrogação do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais;

a) O pedido de prorrogação somente será apreciado se apresentado dentro do prazo originariamente estipulado para o cumprimento da obrigação;

b) O pedido de prorrogação deverá ser devidamente justificado e acompanhado de elementos de comprovação com robustez suficiente para comprovar o impedimento do cumprimento do prazo inicial;

c) O pedido de prorrogação deve ser dirigido à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

**5.24.15** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

**5.24.16** Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de



responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

**5.24.17** Vedar a utilização, na execução do objeto, de empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**6.3** As comunicações entre o Tribunal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim;

**6.4** O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

### Fiscalização

**6.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscalização Técnica

**6.7** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório e definitivo e acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.7.2** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.7.3** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**6.7.4** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**6.7.5** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### Fiscalização Setorial

**6.8** O fiscal setorial, quando houver, acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do Tribunal.

**6.8.1** Ao fiscal setorial competirá, no setor por ele fiscalizado, as atribuições do fiscal técnico ou administrativo.





### Fiscalização Administrativa

**6.9** O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

**6.9.1** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

**6.10** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas: \_\_\_\_\_.

### Gestor do Contrato

**6.11** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

**6.12** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.13** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

**6.14** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

**6.15** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

**6.16** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

**6.17** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

**6.18** Os gestores e os fiscais observarão também as demais atribuições estabelecidas nos regulamentos do Tribunal para a gestão e fiscalização dos contratos;

**6.19** Indicação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, mesmo que indicada em formulário próprio (indicar apenas as exigidas):

I - Gestor (titular e substituto): Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP (titular) e Chefe da Seção de Almoxarifado - SEALM (substituto).

II - Fiscal administrativo (titular e substituto): Chefe da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP (titular) e Chefe da Seção de Almoxarifado - SEALM (substituto).

III - Fiscal técnico, fiscal setorial (titular e substituto): Chefe de Cartório, conforme lista de fiscais a seguir:

ÁGUA MINERAL GARRAFA PET 500 ML e / ou Lata 350 ml		
ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	Fiscal técnico e setorial



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Janaína Pereira Silva
	NOVA MAMORÉ	
2ª	PORTO VELHO	Alexandre Gonçalves Oliveira
	ITAPUÃ DO OESTE	
3ª	PRESIDENTE MÉDICI	Alexandre Tito Hernandez de Figueiredo
	JI-PARANÁ	
4ª	VILHENA	Fabíola Bernardo Canuto Franco Assunção
5ª	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Mateus Rodrigues Silva
	COSTA MARQUES	
6ª	PORTO VELHO	Narciso de Oliveira Freire Filho
7ª	ARIQUEMES	Neilce dos Santos Silva
8ª	CABIXI	Chefe de Cartório
	CHUPINGUAIA	
	COLORADO DO OESTE	
9ª	PIMENTA BUENO	Ticiane Lippi Paulucci Conselvan
	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	
10ª	JARU	Leiliane Dias Cabral
11ª	CACOAL	Cariny Baleeiro Tadiotto Cielo



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

	MINISTRO ANDREAZZA	
12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Mariângela Dalmazio de Rosso
13ª	TEIXEIRÓPOLIS	José Bartolomeu da Silva Júnior
	OURO PRETO DO OESTE	
15ª	CASTANHEIRAS	Helber Medeiros Costa
	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	
	NOVO HORIZONTE DO OESTE	
16ª	PIMENTEIRAS DO OESTE	Cássio Ramos Félix
	CEREJEIRAS	
	CORUMBIARA	
17ª	ALTA FLORESTA D'OESTE	Fabricio Zanetti Casagrande
18ª	URUPÁ	Sinesio Farias de Souza
	ALVORADA DO OESTE	
19ª	SANTA LUZIA D'OESTE	Cristiane Kely Costa
	SÃO FELIPE D'OESTE	
	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	
	PARECIS	
20ª	PORTO VELHO	Socorro Maria Coelho Soares



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

21ª	PORTO VELHO	João Paulo Rodrigues de Lima
	CANDEIAS DO JAMARI	
25ª	ALTO PARAÍSO	Marcilio Faccin
	MONTE NEGRO	
26ª	RIO CRESPO	Aldaleia Soares Maia
	CACAULÂNDIA	
	CUJUBIM	
27ª	THEOBROMA	George Washington Freire Teixeira
	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	
28ª	VALE DO PARAÍSO	Vanusa Souza da Cunha Rizzo
	MIRANTE DA SERRA	
	NOVA UNIÃO	
29ª	ROLIM DE MOURA	Ivair Simão de Souza
30ª	JI-PARANÁ	Márcio da Silva Vicente
32ª	VALE DO ANARI	Carla Maira Dias Pinto
	MACHADINHO D'OESTE	
34ª	BURITIS	Daniel Pereira Lins Cavalcanti
	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Rildo Cassiano
	SERINGUEIRAS	
Porto Velho-RO	Comissão de Transportes	Josivane Adelino Ferreira
Porto Velho-RO	ALMOXARIFADO (Reserva de emergência e Comissões)	Josivane Adelino Ferreira
Em caso de ausência do servidor acima mencionado, seu substituto ficará responsável pela fiscalização do referido contrato.		

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1 Recebimento do Objeto:**

**7.1.1** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.1.2** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.1.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.1.4** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

**7.1.5** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.7** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.2 Liquidação:**

**7.2.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.2.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.2.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.2.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.2.6** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.2.7** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.2.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.2.9** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.2.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **7.3 Prazo de pagamento:**

**7.3.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.3.2** Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**7.3.2.1** a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

#### **7.4 Forma de pagamento:**

**7.4.1** O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

**7.4.2** Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

**7.4.3** Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

**7.4.4** O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**7.4.5** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.4.6** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.4.7** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

*Nota 25: A natureza do contrato e o objeto da contratação irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, de acordo com a legislação, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.*

#### **7.5 Antecipação de pagamento:**

**7.5.1 e 7.5.11** Não se aplicam.

#### **Cessão de crédito**

**7.6** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras adiante definidas:

**7.6.1** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

**7.6.2** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**7.6.3** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**7.6.4** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

**7.6.5** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**7.6.6** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.



## 8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de:

Pregão:

(X) Eletrônico;

( ) Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo

Critério de julgamento:

(X) Menor preço;

( ) Maior desconto.

Concorrência para bens especiais:

( ) Eletrônica;

( ) Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Critério de julgamento:

( ) menor preço;

( ) melhor técnica ou conteúdo artístico;

( ) técnica e preço;

( ) maior retorno econômico;

( ) maior desconto.

( ) Concurso, exceto para serviços de engenharia;

( ) Leilão;

( ) Diálogo Competitivo, exceto para obras e serviços de engenharia;

( ) Participação em SRP.

### 8.2 Prejudicado.

**8.3** Há anexos da proposta?

( X ) Não;

( ) Sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência: \_\_\_\_\_

**8.4** Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

(X) aberto;

( ) aberto e fechado;

( ) fechado e aberto,

com intervalo mínimo de 0,50% (meio por cento) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022).

**8.5** Divulgação do preço estimado:





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

( ) Sim.

(X) Não. **Justificativa** exigida pelo art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021: a fim de evitar que os licitantes saibam a estimativa e que cadastrem as propostas nos valores máximos, recomendamos que o preço estimado seja divulgado após a abertura das propostas.

**REGRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPETIDORES:**

**8.5** Poderão participar desta contratação:

**8.5.1 Pessoas Jurídicas:**

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

(X) Sim; se positivo adotar as regras deste TR.

8.5.1.1. Trata-se de contratação de itens de natureza divisível, com reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme discriminado a seguir:

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA PELA CONTRATADA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	TOTAL GARRAFAS	PREÇO MÉDIO CAPITAL / INTERIOR	PREÇO total estimado para o item	COTA RESERVADA (Art. 48, III da LC 123/2006) de até 25%
20	Água Mineral Garrafa PET 500ml (Item 20 - Capital - água em garrafa pet 500ml):	ALMOXARIFADO de contingência e Comissões	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almocharifado, Porto Velho RO.	105.084			24.000 unidades de garrafas = R\$ _____ (cota reservada) <b>aproximadamente 23% (para viabilizar a entrega em fardos fechados de 12 unidades cada)</b>
21	Água Mineral em Lata de Alumínio 350ml (Item 21 - Capital - água em lata)	2ª, 6ª, 20ª, 21ª - Almocharifado e Comissões	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almocharifado, Porto Velho RO.	105.084			18.960 unidades de latas = R\$ _____ <b>aproximadamente 18% (para viabilizar a entrega em fardos fechados de 6 a 12 unidades cada)</b>

( ) **Não será exclusiva**, as ME/EPPS participarão **com** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com a LC nº 123, de 2006 e o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015: \_\_\_\_\_.

( ) **Não será exclusiva**, as ME/EPPS participarão **sem** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021 porque: \_\_\_\_\_.

( ) **Não será permitida**, as ME/EPPS **não** poderão participarão do certame porque: \_\_\_\_\_.



#### 8.5.2 Pessoas físicas:

(X) Não, justificar: A vedação à participação de pessoas físicas justifica-se pela natureza do objeto, que consiste no fornecimento de objeto (água mineral natural) em larga escala, exigindo estrutura mínima de equipamentos industriais de estampa e logística de distribuição incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física. Além disso, conforme demonstrado no ETP, a execução demanda a emissão de Nota Fiscal de Venda de Mercadoria (ICMS), competência típica de pessoas jurídicas regularmente inscritas, sendo a estrutura empresarial indispensável para garantir o cumprimento dos prazos e requisitos de sustentabilidade exigidos para as Eleições 2026..

( ) Sim, de acordo com as regras deste TR e do edital.

#### 8.5.3 Cooperativas:

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

#### 8.5.4 Empresas reunidas em consórcio:

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

**EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, exigidos conforme sua natureza jurídica:

**8.6 Habilitação jurídica:** Considerando as informações contidas no **item 8.5 deste TR**, os requisitos de habilitação jurídica serão definidos no edital do certame.

**8.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista:** Considerando as informações contidas no **item 8.5 deste TR**, os requisitos de habilitação jurídica serão definidos no edital do certame.

**8.7.1** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ( x ) estadual/distrital ou ( ) municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.7.2** Prova de regularidade com a Fazenda ( x ) estadual/distrital ou ( ) municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade que concorre ou contrata.

**8.8 Habilitação Econômico-Financeira:** Não será exigida porque (vide as orientações nas notas 36 e 42):

(X) Trata-se de compra para entrega imediata;

( ) Outra justificativa: \_\_\_\_\_.

**8.9 Habilitação técnica:** Não será exigida porque (vide as orientações nas notas 36, 42 e 46):

(X) Trata-se de compra para entrega imediata;

( ) Outra justificativa: \_\_\_\_\_.

### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**9.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação, evento [1526505](#).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

ÁGUA MINERAL GARRAFA PET 500 ML							
ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA PELA CONTRATADA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	TOTAL GARRAFAS pet 500ml	PREÇO MÉDIO CAPITAL / INTERIOR	PREÇO ITEM
1	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	1ª	GUAJARÁ-MIRIM	Avenida Candido Rondon, n. 784. Bairro: Tamandare. CEP: 76.850-000, Guajará Mirim - RO.	11498		
2	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	3ª e 30ª	Ji-PARANÁ	Avenida Marechal Rondon, n. 1218. Bairro: Centro. CEP: 76.900-101, Ji Paraná - RO.	22900		
3	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	4ª	VILHENA	Rua 545, n. 495. Bairro: Jardim América. CEP: 76.980-728, Vilhena - RO.	13662		
4	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	5ª	COSTA MARQUES	Avenida Chianca, n. 1159. Bairro: Centro. CEP: 76.937-000, Costa Marques - RO.	4694		
5	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	7ª, 25ª e 26ª	ARIQUEMES	Travessa Aquariquara, n. 3631, Setor Institucional. Bairro: Setor Institucional. CEP: 76.872-856, Ariquemes - RO.	22594		
6	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	8ª	COLORADO DO OESTE	Avenida Marechal Rondon, n. 4637. Bairro: Centro. CEP: 76.993-000, Colorado do Oeste - RO.	8128		
7	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	9ª	PIMENTA BUENO	Avenida Castelo Branco, n. 970. Bairro: Dos Pioneiros. CEP: 76.970-000, Pimenta Bueno -RO.	7988		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

8	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	10ª e 27ª	JARU	Rua Princesa Isabel, n. 1028. Bairro: Setor 02. CEP: 76.890-000, Jaru - RO.	11930		
9	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	11ª	CACOAL	Rua Anísio Serrão, n. 2004. Bairro: Centro. CEP: 76.963-804, Cacoal - RO.	19056		
10	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	12ª	ESPIGÃO DO OESTE	Rua Rio Grande do Sul, n. 2664. Bairro: Centro. CEP: 76.974-000, Espigão do Oeste - RO.	6046		
11	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	13ª e 28ª	OURO PRETO DO OESTE	Rua Café Filho, n. 83. Bairro: Da União. CEP: 76.920-000, Ouro Preto do Oeste - RO.	11936		
12	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	15ª e 29ª	ROLIM DE MOURA	Avenida São Luiz, n. 4557. Bairro: Centro. CEP: 76.940-000, Rolim de Moura - RO.	12934		
13	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	16ª	CEREJEIRAS	Avenida das Nações, n. 1847. Centro. Bairro: Centro. CEP: 76.997-000, Cerejeiras - RO.	5078		
14	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	17ª	ALTA FLORESTA DO OESTE	Avenida Brasil, n. 3068. Bairro: Princesa Isabel. CEP: 76.954-000, Alta Floresta do Oeste - RO.	4970		
15	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	18ª	ALVORADA DO OESTE	Rua Monteiro Lobato, n. 4283. Bairro: Três Poderes. CEP: 76.930-000, Alvorada do Oeste - RO.	5700		
16	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	19ª	SANTA LUZIA DO OESTE	Rua D. Pedro I, n. 2349. Bairro: Centro. CEP: 76.950-000, Santa Luzia do Oeste - RO.	6842		



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

17	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	32ª	MACHADINHO D'OESTE	Avenida Rio de Janeiro, n. 3134. Bairro: Centro. CEP: 76.868-000, Machadinho do Oeste - RO.	6960		
18	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	34ª	BURITIS	Avenida Porto Velho, n. 1454. Bairro: Setor 02. CEP: 76.880-000, Buritis - RO.	5856		
19	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	35ª	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Avenida Cacoal, n. 965. Bairro: Cristo Rei. CEP: 76.932-000, São Miguel do Guaporé - RO.	5034		
20	Água mineral natural, sem gás, material embalagem plástico, descartável.	ALMOXARIFADO (Reserva de emergência e Comissões)	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almoarifado, Porto Velho RO.	105084		
TOTAL					298.890		

•

ITEM	OBJETO	ZONA ELEITORAL	MUNICÍPIO PARA ENTREGA PELA CONTRATADA	ENDEREÇO DO CARTÓRIO ELEITORAL	TOTAL LATAS	PREÇO MÉDIO	PREÇO ITEM
21	Água mineral sem gás, pura e sem sabor, a ser fornecida em lata de alumínio, mínimo 350ml.	2ª, 6ª, 20ª, 21ª - Almoarifado e Comissões	PORTO VELHO	Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro: Baixa da União. CEP: 76.805-859, Seção de Almoarifado, Porto Velho RO.	105.084		
TOTAL							
VALOR TOTAL GARRAFAS E LATAS DE ÁGUA							

**9.3** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

**9.4** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**Critérios de reajuste dos preços:**

**9.5** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta comercial.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**9.5.1** Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da

(X) variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

( ) outro índice (**indicado pela unidade demandante**): \_\_\_\_\_ exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**9.5.2** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

**9.5.3** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

**9.5.4** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**9.5.5** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**9.5.6** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1** Tratando-se de **formação de registro de preços** não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento. O enquadramento orçamentário da despesa, caso executada, está indicada no quadro adiante:

<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Item de despesa do planejamento orçamentário</b>	<b>Plano Interno</b>	<b>Previsão de execução orçamentária por ano 2026</b>
			exercício corrente (R\$)
PLEITOS ELEITORAIS	Água mineral para distribuição aos mesários durante as Eleições 2026.	MES ALIMEN	
<b>Total por exercício financeiro</b>			
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:</b>			
A contratação do objeto decorrente da ARP do Pregão Eletrônico dependerá de disponibilidade orçamentária vigente, e de eventual remanejamento de valores entre programas internos relacionados ao custeio.			

**10.2** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1 Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste TR, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.4 Multa:**

**I - Moratória** de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10(dez) dias;

**II - Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

**III - Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

**IV -** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato.

**V -** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,7% a 25% do valor do Contrato.

**VI -** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4** Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.9** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**11.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**11.12** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas neste capítulo observarão as normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

**Rudma Rosa Oliveira Costa**

**Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP**

Responsável da unidade demandante

0002164-02.2025.6.22.8000

1528112v3





ANEXO IV  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº \_\_\_\_/2026  
PROCESSO Nº \_\_\_\_\_ - SEI  
PREGÃO ELETRÔNICO N. \_\_\_\_/2026

A UNIÃO, através do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora-Geral, a Sra. \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_\_\_ e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE, nos termos da Lei 14.133/21 e do Decreto 11.462/2023, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, registrar o preço dos produtos/serviços abaixo discriminados, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da Licitante \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_, com sede Av. \_\_\_\_, nº. \_\_\_\_, bairro \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_, Município de \_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_, Telefone(s): (\_\_) \_\_\_\_ e E-mail(s): \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_, brasileiro, portador do RG nº. \_\_\_\_/SSP-\_\_\_\_, e CPF nº. \_\_\_\_, doravante denominada simplesmente COMPROMISSÁRIA.

**1.0. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de \_\_\_\_\_, especificado(s) no Termo de Referência, anexo do Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**1.2.** Ficam registrados os preços dos seguintes itens:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

**1.3.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**1.4.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

**1.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**2.0. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** A Ata de Registro de Preço, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (TRE-RO).

**2.2.** Os órgãos e entidades que não participaram deste registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão solicitar ao órgão gerenciador.

**2.2.1.** A solicitação deve ser operacionalizada diretamente no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), no módulo específico de gestão de Atas de Registro de Preços.



**2.2.2.** O sistema encaminhará um e-mail à unidade competente do TRE-RO, que tramitará a solicitação, submeterá à autoridade competente e registrará no sistema a resposta à solicitação.

**2.3.** Caberá ao fornecedor signatário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**2.4.** As aquisições ou as contratações decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para órgão gerenciador e para órgão participantes.

**2.5.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**2.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**2.7.** Compete a órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no item anterior deste edital, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**2.8.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**2.9.** É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

### **3. VIGÊNCIA**

**3.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

**3.2.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**3.3.** Quando da prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o quantitativo inicialmente registrado poderá ser renovado, mediante prévia justificativa e comprovação da vantajosidade.

### **4. DO CONTRATO**

**4.1.** O contrato será substituído por nota de empenho, nos termos do art. 95, II, da Lei 14.133/2021, observados os procedimentos previstos no edital e seus anexos.

**4.2.** Na formalização do contrato será indicada a disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

### **5. DO CADASTRO DE RESERVA**

**5.1.** A formação de cadastro de reserva tem por objetivo a convocação para contratação no caso de eventual impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.2.** Será incluído no cadastro de reserva o registro dos licitantes que:



- a) aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- b) mantiverem sua proposta original.

5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

5.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.5. A análise das propostas e a verificação da habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c) na hipótese de reajuste prevista no Termo de Referência, anexo I do edital.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



7.3. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o Órgão Gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **9.0. DAS PENALIDADES**

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos, aplicando-se também aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## **10. CONDIÇÕES GERAIS**

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do compromissário, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital e seus anexos.

Local e data  
Assinaturas



**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CADASTRO RESERVA**

Licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total

Licitantes que mantiveram sua proposta original, seguindo a ordem de classificação:

ITEM DO TR	Especificação, marca e modelo	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total